

I

Ideias e propostas sionistas de transferência, 1882-1936

Quando, em fins do século XIX, o sionismo surgiu enquanto força política propondo a colonização da Palestina e “reunião de todos os judeus”, pouca atenção foi dada ao fato de que já existia população na Palestina. De fato, o Programa da Basileia, aprovado no primeiro Congresso Sionista, o qual lançou o sionismo político em 1897, não fez qualquer menção à população nativa da Palestina quando apresentou o objetivo do movimento: “O estabelecimento de um lar pública e legalmente seguro para o povo judeu na Palestina.”

Além disso, nos primeiros anos de esforço para conseguir apoio a suas propostas, os sionistas propagaram no Ocidente a ideia de “uma terra sem povo para um povo sem terra”, um *slogan* criado por Israel Zangwill, um famoso escritor anglo-judeu frequentemente citado na imprensa britânica como porta-voz do sionismo e um dos pioneiros do movimento na Grã-Bretanha. Já em 1914, Chaim Weizmann – que viria a ser o primeiro presidente de Israel e que, juntamente com Theodor Herzl e David Ben-Gurion, foi um dos três responsáveis por transformar o sonho sionista em realidade – disse:

No seu início, o sionismo foi concebido por seus pioneiros como um movimento completamente dependente de fatores mecânicos: existe um país que acabou por se chamar Palestina, um país despovoado, e por outro lado, existe o povo judeu, que não tem país. O que mais é necessário para enrustar a pedra no anel, para unir esse povo a esse país? Os donos do país (os turcos) precisam, assim, ser persuadidos e convencidos que esse casamento será vantajoso, não apenas para o povo (judeu) e para o país, mas para eles também.¹

Nem Zangwill nem Weizmann tinham a intenção de fazer uma análise demográfica literal da região. Eles não queriam dizer que não havia pessoas na Palestina, mas que não havia um povo que merecesse consideração dentro das noções de supremacia europeia dominantes à época. Nesse sentido, um comentário feito por Weizmann a Arthur Ruppin, chefe do Departamento de Colonização da Agência Judaica, é particularmente revelador. Quando Ruppin lhe perguntou sobre os árabes palestinos, Weizmann respondeu: “Os britânicos nos contaram que ali vivem algumas centenas de milhares de negros (*Kushim* em hebraico significa pessoa de pele escura) e que esses não têm nenhum valor.”² O próprio Zangwill apresentou o significado real do seu *slogan* com admirável clareza em 1920:

Mesmo que a descrição do lorde Shaftesbury quanto à Palestina como um país sem povo seja inexata, ela é essencialmente correta, já que não existe um povo árabe com uma ligação íntima com o país, utilizando seus recursos e deixando suas características impressas: na melhor das hipóteses existe um acampamento árabe.³

Apesar de tais declarações, os sionistas pioneiros estavam bem informados de que há pessoas vivendo naquela terra, e em grande número⁴. Zangwill, que visitou a Palestina em 1897 e viu com seus próprios olhos a realidade demográfica da região, reconheceu em 1905 em um discurso para um grupo sionista em Manchester que a “Palestina já tem seus habitantes. O paxalato de Jerusalém é duas vezes mais povoado que os Estados Unidos, tendo 52 almas por milhas

quadradas e nem 25% destas são judias...”⁵. As muitas referências à população palestina nos textos do início do sionismo deixam claro que desde suas primeiras colônias na Palestina – que a historiografia sionista data da chegada dos membros da Sociedade Russa Bilu em 1882 – os árabes palestinos estavam longe de ser uma presença “invisível” ou “escondida”⁶. Ainda mais, estudos recentes mostram que os líderes sionistas estavam preocupados com o que eles denominaram o “problema árabe” (*Habe'ayah Ha'arvit*) ou a “questão árabe” (*Hashelah Há'arvit*)⁷. Como visto em seus textos, a atitude mais comum entre a maioria dos grupos sionistas e colonizadores em relação aos povos nativos da Palestina situava-se entre indiferença e menosprezo a superioridade desdenhosa. Um exemplo típico pode ser encontrado nos escritos de Moshe Smilansky, um escritor sionista e líder trabalhista que imigrou para a Palestina em 1890:

Não nos familiarizemos muito com os camponeses árabes por receio de nossas crianças assumirem seus modos e aprenderem suas feias ações. Todos aqueles que são leais à Torah evitam a feiura e tudo o que se pareça com ela e mantêm distância dos camponeses árabes e suas características fundamentais.⁸

Certamente houve quem fosse exceção a esse tratamento. Ahad Ha'Am (Asher Zvi Ginzberg), um pensador liberal russo que visitou a Palestina em 1891, publicou uma série de artigos com críticas severas ao etnocentrismo do sionismo político, assim como à exploração de camponeses palestinos por colonizadores sionistas que foram publicadas no jornal hebreu *Hamelitz*⁹. Ahad Ha'Am, que tentou chamar a atenção para o fato de que a Palestina não era um território vazio e que a presença de outro povo nessa terra apresentava problemas, observou que os “pioneiros” sionistas acreditavam que a “única linguagem que os árabes entendem é a força... [Eles] tratam os árabes de forma hostil e cruel, avançam injustamente sobre suas fronteiras, batem neles vergonhosamente sem motivo e ainda se gabam, e ninguém se levanta contra essa tendência desprezível e perigosa”. Ele chegou ao coração da questão quando disse que a atitude agressiva dos colonizadores contra os camponeses vinha da raiva “contra aqueles que os lembravam de

que existia outro povo nas terras de Israel que já vivia ali e não tinha intenção de partir”¹⁰.

Outro colono, Yitzhaq Epstein, que chegou à Palestina da Rússia em 1886, alertou não apenas para as implicações morais da colonização sionista, mas também para os perigos políticos inerentes a essa empreitada. Em 1907, no momento em que a compra de terras na Galileia por sionistas começou a gerar oposição por parte dos camponeses palestinos expulsos das terras vendidas pelos proprietários que não viviam na região, Epstein escreveu um artigo bastante controverso chamado “A questão velada” no qual critica fortemente os métodos usados pelos sionistas para comprar terras de árabes. Na sua visão, os métodos utilizados que implicavam expropriação de agricultores árabes gerariam confrontos no futuro¹¹. Na resposta raivosa dos sionistas ao artigo de Epstein¹² estão refletidos dois dos principais elementos do pensamento sionista: a crença de que a aquisição de terras por judeus é mais importante que considerações morais e a defesa de um *Yishuv* separatista e excludente.

Propostas iniciais de transferência dos fundadores

Os objetivos sionistas na Palestina, a convicção arraigada de que a terra de Israel deveria pertencer apenas ao povo judeu integralmente, e a ideia de “vazio” ou “sem valor” civilizatório apresentada em um contexto de ideologias imperialistas europeias convergiram para a conclusão lógica de que a população nativa deveria dar espaço aos recém-chegados. A ideia de que os árabes palestinos deveriam achar outro lugar para eles foi então articulada desde o início. O fundador do movimento, Theodor Herzl, fez uma referência inicial à transferência mesmo antes mesmo de descrever oficialmente a sua teoria sionista do renascimento em seu manifesto *Judenstat*. Em seu diário pode-se encontrar um apontamento em 1895 que apresenta de forma embrionária muitos dos elementos que aparecerão repetidamente na busca sionista por soluções para o “problema árabe” – a ideia de trabalhar com os governos por cima das populações nativas, a aquisição de terras por judeus que seriam inalienáveis, “terra judaica” e “traba-

lho judaico” e a remoção da população nativa. Assim, contemplando a transição da chamada “Sociedade de Judeus”¹³ para a criação do Estado, escreveu em 12 de junho de 1895:

Quando ocuparmos a terra, deveremos trazer benefícios imediatos ao Estado que nos receber. Deveremos expropriar com cuidado as propriedades privadas nas áreas designadas para nós.

Deveremos incentivar os despossuídos a cruzarem as fronteiras, para procurar trabalho em países de trânsito, enquanto lhes negamos emprego em nosso próprio país.

Os proprietários virão para o nosso lado. Ambos, o processo de expropriação e remoção dos pobres, devem ser feitos discretamente e cautelosamente.

Deixemos os proprietários de imóveis acharem que estão nos passando para trás, que estão nos vendendo algo muito além do seu valor real.

Mas nós não venderemos nada de volta a eles.¹⁴

Outro exemplo das raízes profundas da ideia de transferência entre os primeiros sionistas é encontrado em um conto de Moshe Smilansky no qual ele narra um diálogo ocorrido em 1891 entre dois pioneiros do Hovevie Tzion (Amantes de Sião):

“Devemos ir para o leste, na Transjordânia. Seria um bom teste para o nosso movimento.”

“Bobagem... Não existe terra suficiente na Judeia e na Galileia?”

“A terra da Judeia e da Galileia está ocupada por árabes.”

“Bem, nós a tiraremos deles”

“Como?” (Silêncio)

“Um revolucionário não faz perguntas inocentes.”

“Certo, então, ‘revolucionário’, nos conte como.”

“É muito simples. Nós vamos assediá-los até que eles partam...deixe eles irem para a Transjordânia.”

“Então abandonaremos toda a Transjordânia?”, pergunta uma voz ansiosa.

“Assim que tivermos uma grande colônia aqui, nos apoderaremos da terra, nos tornaremos poderosos e tomaremos conta da margem leste (do

Rio Jordão). Nós os expulsaremos dali também. Deixemos que voltem aos países árabes.”¹⁵

Israel Zangwill foi um dos mais fortes proponentes da transferência da população nativa para fora da Palestina. Na mesma conversa em abril de 1905 em Manchester em que levantou a questão demográfica, ele tirou uma conclusão lógica. Já que a Palestina “já era duas vezes mais povoada que os Estados Unidos” e que “nem 25% deles [eram] judeus”:

Devemos estar preparados para tirar as tribos [árabes] pela espada, como fizeram nossos antepassados, ou lidar com o problema de uma grande população estrangeira, majoritariamente maometana e acostumada por séculos a nos desprezar.¹⁶

Zangwill manteve essa ideia fixa nos anos seguintes, colocando seus argumentos sobre a transferência de maneira pragmática e geopolítica. Em uma conversa com Vladimir Jabotinsky (que anos depois fundou o sionismo revisionista, que compõe o atual partido Likud) no verão de 1916, Zangwill defendeu que remover os árabes da Palestina para dar espaço aos judeus vindos da Europa era uma condição para o sionismo. Quando Jabotinsky argumentou que os árabes jamais sairiam voluntariamente do local em que nasceram, Zangwill respondeu que a empreitada sionista deveria ser parte de uma nova ordem mundial na qual não haveria espaço para argumentos sentimentais¹⁷. Em outro momento, ele defendeu que:

Se quisermos dar um país para um povo sem país, seria uma grande estupidez que esse fosse um país com dois povos. Isso só daria problemas. Os judeus sofreriam e também seus vizinhos. Ou outro lugar precisa ser encontrado para os judeus ou para os seus vizinhos.¹⁸

Enquanto Zangwill deixava bem clara sua opinião sobre a remoção da população árabe, outros expressavam as mesmas ideias, de maneira eufemística e discreta, enfatizando a natureza pacífica da

operação que começaria pela aquisição de terras pelos sionistas e por incentivos econômicos.

Por exemplo, Arthur Ruppin, um socialista que teve papel central no sionismo por ser um dos pioneiros em promover as colônias judaicas e a aquisição de terras, propôs “uma transferência limitada” de camponeses palestinos para os distritos de Aleppo e Homs, no norte da Síria, em um memorando de maio de 1911 para o Executivo Sionista – o órgão executivo da organização sionista¹⁹. Ruppin, que anos depois fundou o movimento Brit Shalom, que defendia a criação de um Estado binacional árabe-judeu, repetiu sua proposta de remoção dos *fellahin* árabes para a Síria em uma carta de 12 de maio de 1914 endereçada a Victor Jacobson²⁰, membro do Executivo Sionista e representante da Organização Sionista em Istambul (1908-1915). Alguns anos depois, em 1930, após Ruppin sair do Brit Shalom durante a onda de distúrbios entre as comunidades de 1929, ele escreveu que a tomada de terras e remoção dos camponeses palestinos era inevitável por que:

A terra é a condição mais vital para nosso assentamento na Palestina. Contudo, já que quase não existe terra cultivável que não esteja sendo cultivada, cada vez que compramos terra e nos instalamos, necessariamente estamos removendo quem a cultiva atualmente... No futuro será muito mais difícil comprar terra já que terra pouco povoada quase não existe. O que resta é terra densamente povoada [por árabes].²¹

Outro sionista socialista que apoiou a ideia de transferência foi Nahman Syrkin, o fundador ideológico do sionismo socialista e considerado uma influência importante nos diversos partidos trabalhistas do *Yishuv* desde a segunda década do século XX. Sua proposta foi incluída no panfleto de 1898 intitulado “A questão judaica e o Estado socialista judeu” no qual ele propõe a libertação da Palestina da dominação turca através da cooperação com outras nacionalidades que se rebelaram contra o Império Turco-Otomano e a subsequente evacuação dos árabes da Palestina. “A Palestina”, ele escreveu, “pouco povoada, na qual os judeus são apenas 10% da população, deve ser evacuada para os judeus”²².

Leon Motzkin, cofundador da Organização Sionista e coautor do Programa da Basileia, sugeriu em um discurso na conferência dos sionistas alemães em julho de 1912 uma solução para o “problema demográfico” árabe na Palestina. Segundo ele, a solução poderia ser encontrada na região mais ampla, já que os palestinos aceitariam vender suas terras aos colonizadores judeus e ser reassentados em terras que eles comprariam nas províncias árabes vizinhas. “O fato é”, disse Motzkin, “que ao redor da Palestina existem muitas terras. Será fácil para os árabes se instalarem com o dinheiro que receberão dos judeus”²³.

A Declaração Balfour de novembro de 1917, garantindo o apoio britânico à criação de um lar nacional judeu na Palestina, melhorou dramaticamente as perspectivas judaicas, sobretudo em vista da iminente conquista militar da Palestina pelos britânicos e dos arranjos já feitos para dividir o Império Otomano entre as grandes potências que determinavam que a Palestina viria a ser um protetorado britânico. Consequentemente, as propostas de transferência que até o momento estavam mais no nível do desejo e do discurso, com a Declaração Balfour, tornaram-se muito mais pragmáticas e menos visionárias.

A mudança ficou clara em janeiro de 1919, na Conferência de Paz de Paris, que dispôs sobre os territórios conquistados dos habsburgos e otomanos durante a guerra. Chaim Weizmann, líder da comissão sionista criada para defender as reivindicações sionistas, pressionou pelo mandato britânico na Palestina desde o Rio Litani no norte, onde hoje é o Líbano, até a linha de trem do Hijaz, que fica a leste do Rio Jordão. Durante essa conferência, também Weizmann pressionou por uma Palestina tão “judaica quanto a Inglaterra é inglesa”²⁴.

Apesar de a transferência ou remoção da população nativa estar implícita nessa perspectiva, isso não foi dito nas deliberações oficiais da Conferência. Contudo, outro membro da comissão sionista, Aaron Aaronsohn, fez menção nos corredores. Aaronsohn, um agrônomo, era membro do Executivo Sionista e diretor da Companhia para Desenvolvimento da Terra Palestina (em hebreu, *Hevrat Hachsharat Hayishuv*). Enquanto trabalhava para o serviço de inteligência britânico durante a guerra, ele escreveu na revista semanal do serviço de inteligência *Arab Bulletin* sobre a necessidade de “remover à força” arrendatários das terras a serem compradas dos proprietários ausentes

para a colonização sionista²⁵. William K. Bullitt, amigo de Aaronsohn e membro da delegação dos Estados Unidos da América na Conferência de Paz de Paris, depois lembrou:

Muitas vezes durante a Conferência de Paz de Paris eu me juntei a ele [Aaronsohn] e ao Dr. Weizmann em momentos em que eles estavam analisando planos e políticas. A proposta de Aaronsohn era a seguinte: enquanto a Palestina deve ser transformada em um Estado judeu, o vasto vale iraquiano irrigado pelo Tigre e pelo Eufrates deve ser restaurado através de um plano de irrigação como o paraíso terrestre... além disso, os árabes da Palestina devem receber ofertas de terras lá... para as quais tantos árabes quanto possível devem ser convencidos a emigrar.²⁶

A euforia causada pela Declaração Balfour também encorajou certos sionistas a falarem mais francamente sobre transferência. Israel Zangwill, por exemplo, começou a defender a transferência publicamente. Ao final de 1918, ele publicou um artigo no jornal semanal sionista *Jewish Chronicle*, de Londres, no qual defendeu que a migração de palestinos para outros países árabes reduziria os temores ligados ao deslocamento de palestinos²⁷. Em outro artigo publicado no *Jornal da Liga das Nações*, publicado em fevereiro de 1919, ele insistiu na defesa da “transferência gradual” de palestinos para países árabes. O posicionamento público de Zangwill pode ser encontrado em seu livro *A voz de Jerusalém*, de 1920, no qual advoga por um “êxodo árabe” que seria uma “redistribuição racial” ou uma “marcha como a dos bôeres da Colônia do Cabo”, segundo ele, “literalmente a única ‘saída’ para a dificuldade de se criar um Estado judeu na Palestina”²⁸.

Os escritos de Zangwill também exemplificam o argumento recorrente em escritos sionistas de “atraso” cultural dos palestinos como justificativa para a remoção da população:

Não podemos deixar que os árabes impeçam uma parte tão valiosa da reconstrução histórica... e assim temos que gentilmente persuadi-los a “marchar”. No fim das contas, eles têm toda a Arábia, com milhões de quilômetros quadrados... não existe um motivo particular para os árabes

se agarrarem a esses poucos quilômetros. “Desarmar as tendas” e “silenciosamente ir embora” é um provérbio deles: deixemos que o exemplifiquem agora”.²⁹

Houve também contratempos na campanha de Zangwill, como por exemplo quando seus comentários sobre os árabes na Palestina feitos em 1919 durante um evento público – “muitos são seminômades, eles nunca contribuíram em nada para a Palestina e não têm direito às regras democráticas”³⁰ – irritaram o Emir Faisal, que estava visitando a Inglaterra. Faisal era um comandante militar da revolta árabe contra os otomanos durante a Primeira Guerra Mundial e naquele momento o foco dos planos britânicos para o mundo árabe. Ele se referiu ao discurso de Zangwill em uma entrevista feita pelo *Jewish Chronicle*, em 3 de outubro de 1919, enfatizando que a Palestina tinha uma população árabe profundamente enraizada e que não poderia ser transformada em um Estado judeu. Os comentários de Zangwill aparentemente trouxeram embaraços e enraivecaram Chaim Weizmann, que naquele momento estava envolvido em negociações sensíveis sobre um acordo árabe-sionista com o Emir sharifiano³¹.

O discurso geral sobre os palestinos durante o mandato britânico na Palestina

Quando a Declaração Balfour foi feita, judeus eram aproximadamente 10% da população na Palestina e eram donos de cerca de 2% das terras. Enquanto a compra de terras pelos sionistas era relativamente limitada durante o mandato britânico (6% até 1948), a imigração de judeus para a Palestina começou a desfazer a imensa superioridade numérica dos palestinos³². Reforçada pela defesa pública dos sionistas de irrestrita imigração de judeus e de transferência facilitada de terras árabes para controle exclusivo judeu, a crescente conscientização dos árabes sobre os objetivos sionistas levou a protestos e resistência crescentes que eventualmente culminaram na grande revolta árabe de 1936-1939, baseada nos camponeses.

Enquanto a Declaração Balfour e a imposição formal do mandato britânico na Palestina em 1922 aumentaram consideravelmente a pos-

sibilidade de uma eventual criação do Estado judeu, ficou claro que a população nativa estava apegada à terra com uma teimosia insistente; os protestos que começaram logo ao início dos anos 1920 contra a imigração judaica acabaram com qualquer ilusão que restava de resolução fácil para o “problema árabe”.

Cuidado nos pronunciamentos públicos se tornou essencial, não apenas para não antagonizar os árabes, mas também devido à sensibilidade do público britânico em relação ao tratamento a ser dado ao “problema árabe”; pois a Declaração Balfour não apenas prometeu um lar para os judeus, mas também não prejudicar os direitos das “comunidades não judaicas existentes na Palestina”.

Nos círculos britânicos já existia apreensão relativa ao destino das “comunidades não judaicas” quando foi feita a Declaração Balfour. Edward Montagu, um ministro britânico para a Índia (*India Office*), de origem judaica, deixou claro em 1917 que ele acreditava que o plano sionista de criar um Estado judeu na Palestina acabaria por “expulsar os habitantes atuais”³³. Até mesmo o entusiasta pró-sionismo Winston Churchill escreveu no seu relatório sobre “Assuntos Palestinos”, em 25 de outubro de 1919, que “existem os judeus, para quem prometemos que os introduziríamos na Palestina e que consideramos certo que a população local será retirada para sua melhor conveniência”³⁴.

Realmente há alegações de que Balfour previu dita “solução”. Durante o programa da *Rádio Britânica* em homenagem a Chaim Weizmann que foi ao ar em 1964, Lorde Boothby, que foi a vida toda sionista e presidente da Associação Anglo-Israelense, falou que “a Declaração Balfour original previa que os árabes seriam removidos para outro lugar, mais ou menos”³⁵. No entanto, em sua carta para o editor do periódico *Jewish Chronicle*³⁶, ele não apresentou nenhuma evidência documental para comprovar a referência feita ao conteúdo da “Declaração Balfour original”, um rascunho alegadamente escrito por sionistas ou britânicos que estabelecia a remoção dos árabes. Ao mesmo tempo, Boothby manteve sua alegação: “A Declaração Balfour original era muito mais clara e específica que a que foi aprovada; e Weizmann perguntou-se até o fim de seus dias se não teria sido melhor aceitar esta última, pressionar pela sua ratificação e esperar pelo melhor.” Ele ainda disse:

Do meu ponto de vista, como sionista a vida toda, nunca tive dúvidas de que a criação de um lar nacional para os judeus deveria resultar na criação do Estado de Israel e que as consequências disso deveriam ser enfrentadas. Eu pensava, e disse isso há muito tempo, que o aumento progressivo da imigração de judeus de todo o mundo para um país do tamanho do País de Gales, sem grande quantidade de recursos naturais, era pouco realista se não fosse acompanhado de algum reassentamento da população árabe. Isso poderia, e deveria, ter sido feito abundantemente entre 30 e 40 anos atrás pelo governo britânico, quando eles possuíam o dinheiro e o poder para fazê-lo. Sem isso, como eles planejavam cumprir as promessas que fizeram?³⁷

Um mês e meio depois, Lorde Boothby escreveu novamente no jornal *Jewish Observer* e no *Middle East Review* (Londres, 28 de fevereiro de 1964), assumindo a falta de qualquer evidência escrita que comprovasse suas alegações, enquanto ao mesmo tempo defendia sua validade e apresentava uma carta endereçada a ele escrita pela senhora Weizmann. As alegações também foram apoiadas por Boris Goriel, alto funcionário dos arquivos de Weizmann, em Rehovot³⁸.

As alegações de Boothby, válidas ou não, fato é que o possível impacto das promessas de Balfour aos judeus sobre os árabes da Palestina foi desde o início um assunto delicado. Como resultado, os sionistas trabalhistas – mais atentos às discussões no Ocidente – se esforçaram para atenuar suas declarações sobre o “problema árabe”. Israel Zangwill, cujos comentários depreciativos sobre os árabes já haviam gerado problemas com o Emir Faisal, relata um episódio similar em 1917 quando... “os árabes leram meu artigo na *Pearson's Magazine*, na qual eu aponto o problema da existência de árabes nas terras de Israel... e isso causou alvoroço entre eles. Agora os sionistas me pedem para não levantar essa questão, e eu concordei por enquanto”³⁹. Durante os anos 1920, o partido Ahdut Ha'avodah, o grupo sionista dominante no *Yishuv* na época (que se uniria ao Hapo'el Hatza'ir para formar o Mapai em 1930), adotou a política de “evitar qualquer menção à questão árabe nos manifestos e declarações políticas do partido”⁴⁰.

Apesar de todos os esforços para garantir discrição, a política sionista foi impulsionada. Frente à crescente resistência palestina, os sio-

nistas adotaram a mesma abordagem que sempre usaram para lidar com o “problema árabe”, que consistia em buscar apoio – de um lado, do governo britânico, de outro, dos líderes árabes – para uma solução fora da Palestina no contexto mais amplo de países árabes.

No cerne dessa noção, de que não era necessário lidar com os palestinos diretamente, está a negação de uma identidade própria palestina ou de qualquer aparente nacionalismo palestino. Essa noção estava inquestionavelmente baseada na atitude depreciativa que sempre acompanhou qualquer coisa relacionada aos palestinos ou à cultura palestina. Portanto, as atitudes das duas figuras centrais na criação do Estado de Israel, Chaim Weizmann (principalmente na área diplomática e internacional) e David Ben-Gurion (principalmente como líder do *Yishuv*). Isso também explica o entendimento de Weizmann, mesmo antes da conquista britânica da Palestina, de que os palestinos poderiam ter suas terras “compradas” ou poderiam ser “suprimidos com um pouco de firmeza” – em essência, o entendimento de que eles eram um fator desprezível que não constituía obstáculo aos planos sionistas ou britânicos⁴¹. Para Weizmann, a população nativa se assemelhava “às pedras da Judeia, como obstáculos a serem removidos em um caminho difícil”⁴². Ben-Gurion também desdenhava da sociedade e da cultura árabes e desconfiava de árabes no geral. Certamente é significativo o fato de que, apesar da sua aptidão para línguas estrangeiras – que o permitiu aprender, além da sua língua nativa ídiche-hebraico, turco, inglês, russo, francês, alemão e, mais tarde, espanhol e grego antigo –, ele nunca aprendeu a língua do povo com o qual conviveu a maior parte de sua vida⁴³.

É fato que em circunstâncias extremas – como durante as revoltas árabes contra a presença de judeus de 1929, provocadas pela percepção de mudança no *status* dos lugares sagrados, e as prolongadas greves e enfrentamentos que dominaram a Palestina durante a grande rebelião árabe de 1936 a 1939 – líderes sionistas algumas vezes reconheciam certo caráter nacionalista e de massa na oposição palestina ao sionismo. Meses após as revoltas de 1929, Ben-Gurion se pronunciou frente ao secretariado do conjunto dos maiores grupos sionistas no *Yishuv*:

O debate sobre se existe ou não um movimento nacionalista árabe é um exercício verbal sem propósito; a principal questão para nós é que esse movimento atraia as massas. Nós não o vemos como um movimento de ressurgimento, e seu valor é duvidoso. Porém, politicamente falando, é um movimento nacionalista... O árabe não pode e não deve ser sionista. Ele nunca desejará que os judeus se tornem maioria. Essa é a verdadeira oposição entre nós e os árabes. Ambos querem ser a maioria.⁴⁴

Do mesmo modo, logo depois do início da revolta de 1936, Ben-Gurion – que no ano anterior se tornara presidente do Executivo da Agência Judaica, a organização com aproximadamente 20 membros que tomava as principais decisões políticas e estratégicas sobre o futuro do sionismo e do *Yishuv* – assumiu em um encontro do seu partido Mapai que os nativos palestinos estavam lutando para manter a Palestina como um país árabe:

... o medo não é de perder terra, mas de perder a pátria-mãe do povo árabe, que outros querem transformar na pátria-mãe do povo judeu. O árabe está lutando uma guerra que não pode ser ignorada. Ele faz greve, ele é morto, ele faz grandes sacrifícios.⁴⁵

Um ano depois, Ben-Gurion escreveu a Moshe Shertok (que viria a ser Moshe Sharett), o poderoso líder do Departamento Político da Agência Judaica e que viria a ser o primeiro-ministro das Relações Exteriores de Israel, que se ele fosse um árabe politicamente consciente, protestaria contra a imigração de judeus, pois “que árabe não pode fazer as contas e entender que a imigração em média de 60 mil por ano significa um Estado judeu em toda a Palestina?”⁴⁶

No entanto, esse entendimento não era representado nas atitudes dele ou de outros líderes sionistas. De fato, quando líderes sionistas se referiam ao nacionalismo palestino, especialmente em meados dos anos 1930, era geralmente para compará-lo ao nazismo alemão. Nesse sentido, Yitzhak Tabenkin, um dos principais líderes trabalhistas do *Yishuv* e um dos idealizadores do movimento *kibbutz*, descreveu o movimento nacional palestino em seu discurso em 1º de maio

de 1936 como um movimento “nazista”, com o qual não haveria possibilidade de acordo⁴⁷. Alguns meses depois, Berl Katznelson, um dos três principais líderes trabalhistas do *Yishuv* (juntamente com Ben-Gurion e Tabenkin), referiu-se ao nacionalismo palestino em um discurso para os membros do Mapai como “nazismo” e comentou sobre a “típica sede de sangue dos árabes”⁴⁸. Em outra ocasião, em janeiro de 1937, ele falou do “fascismo, imperialismo e hitlerismo árabe”⁴⁹.

Apesar dessas referências ao nacionalismo palestino, a visão dominante e fundamental entre os líderes sionistas era baseada em negar qualquer coisa semelhante a um sentimento nacional palestino. Para Ben-Gurion e outros líderes, os palestinos não eram um povo distinto, mas meramente “árabes” – a “comunidade árabe” ou a “população árabe” que acabou por residir no país. Ben-Gurion expressou a ideia sucintamente em 1936: “Não existe conflito entre o nacionalismo judeu e palestino porque a nação judaica não está na Palestina e os palestinos não são uma nação.”⁵⁰

Estreitamente associada a essa ideia de não existência dos palestinos enquanto nação e não ligação particular com a terra da Palestina está a ideia de que eles pertencem a uma nação árabe maior. Consequentemente, também está associada à maneira como os sionistas se aproveitaram do movimento nacionalista árabe que estava varrendo o mundo árabe como justificativa para o seu programa. Ao final, se os palestinos não constituíam uma nação distinta e separada, e não eram parte integral do país, com profundos laços históricos, mas sim pertenciam à ampla nação árabe, então poderiam ser transferidos para outros territórios dessa nação ampla sem maiores prejuízos. Similarmente, se os palestinos eram meramente parte de um grupo maior, então não eram uma parte importante no conflito com o sionismo; assim, a negociação dos sionistas com líderes árabes, passando por cima dos palestinos, era completamente justificada. É por isso que os pronunciamentos sionistas estão cheios de referências aos vastos territórios árabes: quem poderia cobiçar dos judeus esses “poucos quilômetros”, para usar uma expressão de Zangwill? Desse modo, o escritor Moshe Beilinson, líder trabalhista e colaborador próximo de Ben-Gurion, escreveu em 1929:

Existe uma diferença fundamental e decisiva entre a situação dos árabes enquanto uma nação e a situação dos judeus enquanto uma nação. A Palestina não é necessária para os árabes do ponto de vista nacional. Eles estão ligados a outros centros. Lá, na Síria, no Iraque, na Península Arábica, é que fica a pátria-mãe do povo árabe.⁵¹

E sobre a questão de que aos palestinos seriam negados seus direitos como resultado do direito exclusivo dos judeus à soberania sobre a Palestina, Beilinson disse:

Não há resposta para essa questão, nem pode haver, e nós não somos obrigados a prover uma porque não somos responsáveis pelo fato de que um indivíduo em particular nasceu em um determinado local, e não muitos quilômetros dali.⁵²

A crença de Ben-Gurion de que os palestinos possuíam uma ligação fraca com Jerusalém provinha da mesma linha argumentativa. Durante os violentos confrontos entre árabes e judeus em 1929 devido às mudanças no *status quo* dos direitos religiosos aos locais sagrados de Jerusalém, ele disse: “Jerusalém não é a mesma coisa para os árabes e para os judeus. O povo árabe habita muitas terras importantes.”⁵³

Essas afirmações foram cruciais para legitimar a negação feita pelo sionismo de qualquer direito dos árabes palestinos à autodeterminação na Palestina, ou mesmo em parte da Palestina. O contexto mais amplo do pan-arabismo forneceu ao sionismo uma justificativa moral para a transferência dos “árabes” da Palestina a outros territórios árabes vizinhos.

O argumento de que os palestinos deveriam ser retirados do que viria a ser um Estado judeu e integrados no mundo árabe foi base para os planos de transferência sionistas dos anos 1930 e 1940. Esse conceito era baseado na noção contraditória de que a questão nacional árabe na Palestina poderia, de alguma maneira, ser separada das demandas do nacionalismo árabe sobre a Palestina, que essa última poderia incluir os árabes palestinos. E embora os fatos na Palestina e no Oriente Médio de maneira geral evidenciassem a oposição pan-arabista à colonização da Palestina pelos sionistas, os líderes do *Yishuv* continuaram a se reunir

confidencialmente com líderes árabes na esperança de conseguir transferir a população palestina árabe.

As tentativas sionistas de fazer um acordo com líderes árabes geralmente consistiam em oferecer benefícios – em termos financeiros, de cooperação técnica ou influência internacional – em troca da anuência na expansão do *Yishuv* na Palestina e, mais tarde, em troca de ajuda na absorção dos primeiros árabes transferidos. Essa aproximação estratégica se manteve nos anos 1930 e depois, com iniciativas secretas de promoção de esquemas de transferência por líderes da Agência Judaica com o Emir Abdallah, da Transjordânia, Ibn Saud e políticos iraquianos.

No entanto, já havia importantes precedentes mesmo antes disso. O mais notável, certamente, foi o acordo de janeiro de 1919 entre Chaim Weizmann e o Emir hachemita Faisal, aspirante a líder do movimento nacionalista árabe. No acordo, que foi assinado sob as bênçãos da Grã-Bretanha na presença de T. E. Lawrence, Faisal concorda em apoiar a imigração judaica para a Palestina nos parâmetros da Declaração Balfour, enquanto a Organização Sionista se dispunha a enviar economistas para o Estado que Faisal procurava criar. Apesar de o acordo não mencionar transferência, sem dúvida serve como um protótipo das tentativas de acordos feitas pelos sionistas, pois envolvia uma troca de assistência sionista pela anuência árabe aos objetivos sionistas.

Outra tentativa de acordo, essa apoiada pelo Barão Edmond-James de Rothschild, o financiador francês e patrono das primeiras colônias sionistas, foi discutida em 1929. O plano, aparentemente não discutido com líderes árabes, envolvia precisamente o mesmo princípio. Depois de uma reunião com Rothschild em Paris, Vladimir Jabotinsky escreveu em uma carta a um amigo que o barão “... está disposto a dar dinheiro para os árabes para que eles possam comprar outras terras com a condição de que saiam da Palestina...”⁵⁴

Referindo-se aos planos de Rothschild, Shabtai Levi, de Haifa, que trabalhou como comprador de terras para a organização fundada pelo barão – Associação de Colonização Judaica da Palestina –, escreveu em suas memórias:

Ele me aconselhou a manter atividades similares, mas que seria melhor, disse, não transferir árabes para a Síria e a Transjordânia, já que essas eram partes da Terra de Israel, mas sim transferi-los para a Mesopotâmia (Iraque). Ele adicionou que, nesses casos, estaria disposto a pagar para mandar aos árabes novas máquinas agrícolas e especialistas em agricultura.⁵⁵

Os mesmos elementos base – uma mão sionista livre na Palestina em troca de ajuda judaica em assentar os palestinos em outro lugar – estão presentes na proposta feita por Ben-Gurion ao líder palestino Musa al-Alami em 31 de agosto de 1934, em sua vila perto de Jerusalém⁵⁶. Em seu diário, Ben-Gurion escreveu sua proposta de que a Palestina e a Transjordânia deveriam ser reconstruídas como um único Estado judeu ligado a uma federação de Estados árabes, um arranjo que garantiria “imigração e assentamento [judeus] ilimitados na Transjordânia”⁵⁷. De acordo com as afirmações de Alami sobre o encontro, Ben-Gurion sugeriu que “se os árabes deixassem a Palestina e a Transjordânia para os judeus, eles [os árabes] poderiam contar com a ajuda judaica, não apenas para reassentar os palestinos deslocados, mas também para causas árabes em outros países”⁵⁸. Ben-Gurion relatou, de sua parte, que Alami expressou, entre outras coisas, sua preocupação com o destino dos palestinos no Estado judeu. Já que eles eram em sua maioria camponeses, sem posses e “sem terras, os árabes não terão nada para fazer”, dada a política do *Yishuv* de empregar apenas “trabalho judaico”, excluindo árabes da economia judaica.

Ben-Gurion respondeu que a política sionista existia para não criar uma situação como na África do Sul, na qual brancos eram donos e mandatários e negros, os trabalhadores. Ecoando o desejo expresso por Herzl anteriormente de “remoção discreta da população despossuída para além das fronteiras, para procurar trabalho em países de trânsito, enquanto lhe negamos emprego no nosso próprio país”, Ben-Gurion declarou que a colonização sionista e a expansão econômica criariam “oportunidades para o emprego de árabes, não apenas na Palestina, mas em toda a Federação árabe”⁵⁹. Assim, para evitar replicar o modelo sul-africano de uma sociedade colonial baseada na exploração econômica da população nativa e, ao mesmo tempo, para

resolver a questão do “trabalho judaico”, o *Yishuv* encorajaria os palestinos a procurarem emprego (criado pelo sionismo) e, conseqüentemente, residência (um processo de transferência discreto) em um país árabe, como o Iraque.

Mesmo enquanto os líderes sionistas procuravam soluções para o “problema árabe” em um contexto árabe mais amplo, foram tomados passos concretos para facilitar a implementação de quaisquer soluções que viessem a ser encontradas. Durante o período do mandato britânico, o *Yishuv* sionista avançou seus próprios planos políticos. O objetivo de construir “um lar nacional na Palestina para o povo judeu” era o fator determinante nas relações com a população nativa: a partir do momento em que a ideia de um Estado-nação judeu se tornou uma precondição para a “reunião dos exilados” e o estabelecimento de uma maioria judaica na Palestina se impôs, não existia mais espaço para negociação com a maioria árabe-palestina que seria deslocada.

O aumento da resistência palestina contra os objetivos sionistas, culminando na revolta árabe de 1936-1939, foi seguida por uma redobrada determinação sionista de implementar a doutrina de separação entre o *Yishuv* e os árabes palestinos. As maneiras de alcançar essa doutrina eram a “redenção” ou a “conquista” (os termos usados pelos próprios sionistas) do “trabalho judaico” e da “terra judaica”, que significam respectivamente, o emprego exclusivo de trabalhadores judeus em terras e empresas de proprietários sionistas e a aquisição de terras exclusivamente para uso dos judeus. “Se queremos 100% de redenção judaica, precisamos de um assentamento 100% judaico, uma fazenda 100% judaica e um porto 100% judaico”, declarou Ben-Gurion em um encontro do Va’ad Leumi, o Conselho Nacional do *Yishuv*, em 5 de maio de 1936⁶⁰. Duas semanas depois, em 19 de maio, a questão da transferência foi levantada em um encontro do Executivo da Agência Judaica, efetivamente a liderança do *Yishuv*.

As doutrinas da “terra judaica” e do “trabalho judaico” datam dos primeiros anos da colonização sionista. Uma das determinações do Fundo Nacional Judeu – estabelecido em 1901 como o braço da Organização Sionista e da Agência Judaica para aquisição e administração de terras, e de longe o maior proprietário de terras na Palestina – era de que qualquer terra comprada deveria se manter como pro-

priedade do povo judeu perpetuamente. Essa terra era inalienável, e nela não era permitido trabalho não judeu.

A luta para impor a doutrina do “trabalho judaico” se intensificou depois das revoltas no Muro das Lamentações em 1929, quando a Histadrut, a federação de trabalho judaico no *Yishuv*, lançou uma campanha para remover fisicamente trabalhadores árabes de indústrias sionistas nas cidades. No mesmo período, a sociedade judaica se mobilizou para montar piquetes em frente a pomares de frutas cítricas de donos judeus que empregavam árabes. Foi após esse período que Ben-Gurion começou a usar o termo cunhado por Vladimir Jabotinsky em artigos no início dos anos 1920 – “a muralha de ferro” –, ainda que ressignificado. Assim, em 1929, Ben-Gurion escreveu sobre a necessidade de criar uma “muralha de ferro de colônias de trabalhadores [sionistas] circundando cada cidade e vila judaica; terras e pontes humanas que conectariam pontos isolados”⁶¹ e conseguiriam impor a doutrina da exclusividade do “trabalho judaico” e da “terra judaica”.

Relembrando a implementação da doutrina do “trabalho judaico” anos depois, o líder do Mapai, David Hacohen, explicou:

Eu me lembro de ser um dos primeiros camaradas [do Ahdut Ha'avodah] a ir a Londres depois da Primeira Guerra Mundial... Ali eu me tornei um socialista... [Na Palestina] eu tive que brigar com meus amigos sobre o socialismo judeu, que eu não aceitaria árabes no meu sindicato, Histadrut: defendendo que pregássemos às donas de casa não comprarem em lojas árabes para impedi-los de conseguir empregos ali... jogando querosene nas plantações de tomates árabes; atacando donas de casa judias nos mercados e destruindo os ovos que elas compraram dos árabes; agradecendo ao *Kereen Kayemet* [Fundo Nacional Judeu] que enviou Hankin a Beirute para comprar terras de effendi [proprietários] ausentes e tirar os *fellahin* [camponeses] das terras – comprar dúzias de dunams de um árabe é permitido, mas vender, Deus proíbe vender um dunam de um judeu para um árabe.⁶²

O aprofundamento da divisão árabe-judaica não foi apenas uma decisão ideológica. Avançou em termos pragmáticos os objetivos sionistas de colonização e abriu caminho para a solução de transferência. Líderes do *Yishuv*, como Ben-Gurion⁶³, Berl Katznelson, Yosef Baratz, David Hacohen, entre outros, incluindo moderados e socialistas engajados, viram a ligação lógica entre a doutrina de separação de judeus e árabes – para eles a concretização e consolidação do desenvolvimento de uma vida nacional judaica – e uma eventual transferência. Aliás, durante os debates que ocorreram no verão europeu de 1937, vários sionistas citaram como precedentes que legitimavam a transferência em massa de palestinos as “minitransferências” de arrendatários árabes das terras compradas de proprietários ausentes. Não é também coincidência a ênfase aos conceitos exclusivistas correlatos à promoção de transferências – apesar de privadas – a partir de 1936.

Enquanto isso, os líderes sionistas encabeçados pelo partido Mapai de Ben-Gurion (criado em 1930 através da fusão entre o Hapo'el Hatza'ir e o Ahdut Há'avodah) tiraram vantagem da rebelião palestina de 1936 a 1939 para fortalecer e expandir as forças militares do *Yishuv*, a Haganah. A construção do aparato e infraestrutura militar do *Yishuv* era acompanhada de uma aparente convicção crescente de que uma solução sionista fundamental para o “problema demográfico árabe” deveria ser encontrada não através de acordos com a população nativa, nem mesmo, talvez, com os líderes árabes externos, mas sim por via militar. A ideia de que o “problema árabe” somente poderia ser tratado desde uma posição de força militar e pela construção de fatos consumados [faits accomplis] econômicos, militares e de assentamentos na Palestina árabe começaram a se impor. Em 1936, Ben-Gurion declarou em uma reunião do Comitê Central do Mapai:

“... não há possibilidade de um acordo com os árabes, a menos que nós tenhamos primeiro um acordo com os ingleses através do qual nos tornaremos a força preponderante na Palestina. O que pode conduzir os árabes a uma compreensão mútua conosco? ... Fatos ... somente após conseguirmos estabelecer um grande fato judaico nesse país... Somente então teremos as precondições para discussão com os árabes.”⁶⁴

Também significativo é o fato de que, já no verão de 1937, a Haganah tenha preparado um plano militar (o Plano Avner) para a conquista da Palestina em três estágios, com exceção do Negev ao sul de Beersheba⁶⁵.

Porém, enquanto os sionistas estavam concentrados em construir a força militar e a organização do *Yishuv*, mantinham-se atentos à percepção de suas ações junto a seus patrocinadores ocidentais. Weizmann, por exemplo, que presidia as atividades sionistas no Ocidente, sustentava em 1931 que a insistência pública dos sionistas por criar uma maioria na Palestina poderia ser interpretada pelo mundo “como uma tentativa de expulsar os árabes da Palestina”⁶⁶ – exatamente no momento em que ele promovia ativamente seu plano de transferência dos árabes para os estados vizinhos (veja “o plano de transferência de Weizmann em 1930”). Preocupação similar sobre as percepções públicas levou os sionistas em 1931 a apoiarem temporariamente a fórmula de um Conselho Legislativo (ou Assembleia) baseado na “paridade” entre árabes e judeus (num momento em que os judeus constituíam somente 17% da população). A ideia de “paridade” visava desviar as pressões britânicas por um governo representativo, que era muito desejado dada a ampla maioria árabe⁶⁷. Mas em meados dos anos 1930, quando a pressão britânica pelo autogoverno diminuiu e o *Yishuv* crescia em força numérica e confiança, o *slogan* de paridade foi retirado e até mesmo denunciado por Ben-Gurion como incongruente com os objetivos sionistas na Palestina⁶⁸. De maneira similar, o *slogan* de Ben-Gurion nos anos 1920 de “não governar e não ser governado em Eretz Yisrael” foi considerado nos anos 1930 como pouco mais que um gesto de relações públicas para ganhar tempo, afastado em seus pronunciamentos privados em apoio aos objetivos maximalistas do sionismo.

Embora as políticas do *Yishuv* estivessem longe de ser monolíticas, as pretensões básicas sobre a solução para o “problema árabe” na Palestina eram de forma geral compartilhadas, sendo as principais diferenças de ordem tática, retórica ou de estilo. É verdade que alguns grupos marginais, tais como o Brit Shalom (Pacto da Paz), que cessou suas atividades no início dos anos 1930, e posteriormente o Ihud (União), organizado em 1942, tinham uma linha diferente. Esses grupos binaciona-

listas compartilhavam um *modus vivendi* em um contexto binacional, acomodando o nacionalismo palestino e favorecendo um Estado binacional com igualdade política e civil para judeus e árabes. Mas, apesar da imensa estatura e prestígio internacionais de alguns partidários do binacionalismo – particularmente Judah Magnes, Martin Buber e Hans Kohn –, os grupos não tinham qualquer influência, seja nas políticas ou no *Yishuv* em geral. Além disso, parte dos intelectuais liberais partidários dos grupos binacionalistas, de fato, aceitava o objetivo sionista de uma maioria judaica no longo prazo. Alguns líderes do Brit Shalom, por exemplo, David Werner Senator, um dos quatro membros não sionistas do Executivo da Agência Judaica, e Ya'acov Thon, assistente de Arthur Ruppin e posteriormente seu sucessor como diretor da Companhia de Desenvolvimento de Terras Palestina, terminaram por defender transferência “máxima”, como veremos⁶⁹. O próprio Arthur Ruppin, um cofundador do Brit Shalom, foi um dos primeiros proponentes da transferência, como já observado.

Não obstante os grupos binacionais, a principal divisão dentro do sionismo era entre o movimento trabalhista e o revisionista. Revisionismo – que defendia a “revisão” do mandato para incluir, além da Palestina, também a Transjordânia – foi criado por Vladimir Jabotinsky em 1925. O movimento sempre foi conhecido por suas posições maximalistas e intransigentes, em contraste com a perspectiva pragmática, gradualista e flexível do dominante sionismo trabalhista. Em relação à solução final do “problema árabe”, no entanto, não havia grandes diferenças entre eles.

Jabotinsky frequentemente acusava o sionismo trabalhista de hipocrisia; na opinião dele, a criação de um Estado judeu sempre significou impor a vontade sionista aos árabes palestinos, e a resistência desses era uma consequência lógica e natural dos objetivos sionistas. De acordo com Jabotinsky, as ações sionistas foram implementadas contra a vontade da maioria árabe.

A colonização sionista, mesmo a mais restrita, deve ser concluída ou implementada contra a vontade da população nativa. A colonização só pode, assim, continuar e se desenvolver sob a proteção de uma força independente da população local – uma muralha de ferro que a população

local não pode romper. Essa é, in totum, a nossa política relativa aos árabes. Formulá-la de qualquer outra maneira seria hipocrisia.

Ele também deixou claro que os sionistas acreditavam em uma “muralha de ferro”:

Nesse sentido, não existe uma diferença considerável entre nossos “militaristas” e nossos “vegetarianos”. Uns preferem uma muralha de ferro de baionetas judaicas; os outros propõem uma muralha de ferro de baionetas britânicas, os terceiros propõem um acordo com Bagdá, e aparentemente se satisfazem com baionetas iraquianas – uma preferência estranha e de alguma maneira arriscada –, mas nós todos aplaudimos, dia e noite, a muralha de ferro.⁷⁰

A doutrina de uma “muralha de ferro de baionetas” era a base da atitude dos revisionistas em relação aos árabes palestinos. Para Jabotinsky, firmar um acordo com os palestinos, possibilitando a formação de uma maioria judaica e um eventual Estado – o que era defendido publicamente por grupos trabalhistas em 1920 e no início dos anos 1930 –, não era nem possível nem desejável. Ao contrário, Jabotinsky defendia que o confronto era natural e mesmo inevitável. Somente uma “muralha de ferro” de uma guarnição judaica armada seria capaz de garantir a segurança da soberania judaica nos dois lados do Rio Jordão⁷¹.

Jabotinsky era, inevitavelmente, um defensor da transferência. Em uma carta datada de novembro de 1939, enviada para um dos seus colegas revisionistas nos Estados Unidos, ele escreveu: “Não temos escolha: os árabes precisam dar espaço aos judeus em Eretz Yisrael. Se foi possível transferir a população do Báltico, também é possível mover os árabes palestinos”, acrescentando que o Iraque e a Arábia Saudita poderiam absorver esses árabes⁷². Jabotinsky também aludiu em uma série de artigos à “transferência” greco-turca, descrevendo-a como uma ação brutal e coerciva imposta pelos turcos vitoriosos, mas que em última instância beneficiou os gregos⁷³.

Assim como Weizmann, Ben-Gurion, Katznelson e Tabenkin, Jabotinsky demonstrou desprezo em relação aos nativos árabes. Contudo,

ao contrário dos trabalhistas, ele não mediu suas palavras: “Nós judeus, graças a Deus, não temos nada a ver com o Oriente... a alma islâmica deve ser varrida de Eretz-Yisrael.”⁷⁴ Repetindo Zangwill, Jabotinsky descreveu árabes e muçulmanos como “um bando estridente, vestido com trapos espalhafatosos e bárbaro”⁷⁵.

O legado ideológico do revisionismo liderado por Jabotinsky se dividiu em dois ramos. O primeiro foi o Irgun Tzvai Leumi (IZL, ou Irgun), uma organização paramilitar clandestina criada em 1935 e comandada nos anos 1940 por Menahem Begin, que foi posteriormente primeiro-ministro israelense. O segundo foi o Lehi (Lohamei Herut Yisra'el, também conhecido como gangue Stern, pois seu líder era Avraham Stern), uma dissidência do IZL formada em junho de 1940; a organização foi depois codirigida por Yitzhak Shamir. Stern chegou a descrever os árabes como “animais do deserto, não um povo legítimo”⁷⁶. “Os árabes não são uma nação, mas uma toupeira que cresceu no território selvagem no deserto eterno. Não são nada mais que assassinos”, escreveu ele em 1940⁷⁷. O Lehi defendia que qualquer resistência palestina aos objetivos sionistas deveria ser massacrada sem misericórdia. A doutrina original do Lehi, escrita por Stern, demandava não apenas a transferência dos palestinos, mas também dos habitantes da Transjordânia, da Síria, e do Líbano que residiam nas áreas destinadas a serem as Terras de Israel⁷⁸. Em seu memorando para a Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina (Unscop, na sigla em inglês) em 1947, assim como em seu programa político para a primeira eleição ao Knesset⁷⁹, em julho e agosto de 1948, o Lehi defendeu a evacuação compulsória de toda a população árabe da Palestina, preferencialmente para o Iraque, e declarou que “considerava a troca da população árabe pelos judeus que residissem em países árabes como a melhor solução para a relação problemática entre o povo judeu e os árabes”⁸⁰.

Jabotinsky apoiou a campanha terrorista iniciada no fim da década de 1930 pelo Irgun, que incluía ações como colocar carrinhos de mão de vegetais com bombas em mercados árabes lotados em Haifa e Jerusalém e atirar indiscriminadamente em casas de civis árabes⁸¹. Enquanto os ataques com bombas do Irgun ao fim da década de 1930 e em 1948 tinham como alvo civis palestinos, o grupo também promo-

veu ataques contra os britânicos de 1944 até 1948. O Lehi se especializou em assassinatos políticos. Posteriormente, durante a guerra de 1947-1948, essas campanhas se intensificaram e tiveram um importante papel no êxodo palestino do que viria a ser o Estado de Israel.

O plano de transferência de Weizmann em 1930

Em agosto de 1929 irromperam confrontos entre árabes e judeus depois de um protesto político por militantes judeus revisionistas no Muro das Lamentações, próximo ao Haram al-Sharif, o terceiro local mais sagrado para o Islã. A Comissão Shaw, nomeada pelo governo britânico para investigar as causas dos embates – nos quais 133 judeus, incluindo mulheres e crianças, foram mortos –, apresentou seus resultados em março de 1930. De acordo com o relatório, os “árabes começaram a entender a imigração de judeus não apenas como uma ameaça a sua sobrevivência, mas como um possível controle do seu futuro.” O relatório também apontava a seriedade da despossessão de terras entre os camponeses palestinos e alertava que o aprofundamento da colonização sionista intensificaria um problema já bastante grave⁸².

De fato, uma causa central da despossessão de terras era a venda por proprietários ausentes ao *Yishuv* e o subsequente despejo dos arrendatários. O arrendamento por camponeses havia se tornado uma instituição permanente nas vilas árabes, e não era diferente de uma verdadeira propriedade, exceto pelo pagamento do arrendamento⁸³. Quase invariavelmente, os arrendatários haviam cultivado a terra por gerações, e muitos haviam em algum momento sido donos dessas terras, mas tiveram que vendê-las a credores ou proprietários ausentes. O fato de que, para os camponeses arrendatários, mais ou menos inconscientes do *status* legal das terras, estas serem sua propriedade só fez aumentar sua amargura ao serem expulsos.

No contexto dos confrontos de 1929, Chaim Weizmann, presidente da Organização Sionista e também da recém-criada Agência Executiva Judaica, começou a promover em discussões privadas com oficiais e ministros britânicos as ideias para a transferência de árabes. Weizmann havia se encontrado com a Comissão Shaw no curso

das suas investigações em janeiro, antes da elaboração do relatório. Já nesse momento, estava claro que as questões da terra e da posse da terra eram importantes para as investigações, e Weizmann defendeu perante a Comissão que não haveria problemas relacionados à terra se a Transjordânia – considerada pelos sionistas como parte da terra de Israel – não tivesse sido separada da Palestina⁸⁴.

Após vários meses, em 4 de março de 1930 – na véspera da publicação do relatório –, Weizmann e outros líderes sionistas se encontraram com o Dr. Drummond Shiels, subsecretário de Estado para as Colônias. Shiels já havia apoiado os sionistas em sua oposição à criação de um governo autônomo e democrático na Palestina, uma proposta que teria colocado os judeus, ainda uma pequena minoria, em grande desvantagem. No encontro, Shiels deixou claro sua perspectiva de que “uma transferência da população árabe era desejável”⁸⁵. De acordo com a descrição do encontro feita por Weizmann:

Uma solução radical precisa ser encontrada, e [Dr. Shiels] não vê motivo para que a Palestina não seja um lar nacional para os judeus e para que isso não seja dito claramente aos árabes, ressaltando que na Transjordânia e na Mesopotâmia eles possuem vastos territórios onde podem trabalhar sem entraves ou impedimentos... Weizmann respondeu que uma solução como essa era corajosa e uma tentativa própria de um estadista de resolver um problema que até então não havia sido enfrentado com verdadeira convicção; que se aos judeus fosse permitido desenvolver seu lar nacional na Palestina sem impedimentos, os árabes certamente não sofreriam, tal como não ocorreu até então. Alguns fugirão para países vizinhos, e esse quase intercâmbio de população poderia ser encorajado e estimulado. Havia sido feito com grande sucesso sob a égide da Liga das Nações no caso dos gregos e turcos...⁸⁶

Dois dias depois, em 6 de março, Weizmann apresentou uma ideia durante um encontro com o Lorde Passfield (Sidney Webb), o secretário para as colônias, de transferência da população palestina para a Transjordânia e para o Iraque. Lorde Passfield mencionou que, do que ouviu sobre o ainda não publicado relatório da Comissão Shaw, “a

única grave questão revelada foi o problema dos arrendatários [árabes] nas terras adquiridas pelos sionistas” e que “o efeito cumulativo desse processo, se continuasse, poderia produzir um proletariado sem terra que poderia causar instabilidade no país”⁸⁷. De acordo com a descrição do encontro feita por Weizmann, Lorde Passfield disse que “é necessário estabilizar as condições do país” e que “a Transjordânia pode ser uma saída”⁸⁸. Weizmann concordou e reiterou sua opinião de que os problemas de territórios surgiram com a retirada da Transjordânia do mandato britânico e a exclusão da colonização judaica lá. Assim, ele acrescentou, “agora que existem dificuldades na Palestina, com certeza se nós não poderíamos cruzar o Jordão, com certeza os árabes poderiam. E isso seria aplicável ao Iraque.”⁸⁹

Enquanto Lorde Passfield buscava maneiras de estabilizar a situação “politicamente perigosa” causada pela retirada das terras dos camponeses palestinos, Weizmann estava dando sequência a propostas clara e especificamente formuladas para encorajar o êxodo árabe. Em algum momento do debate, Passfield comentou que o Iraque, com um governo independente, poderia ser contrário à proposta. De acordo com Weizmann:

Minha resposta foi: “Com certeza não será fácil, mas esses países precisam se desenvolver, e isso não é possível dentro do capitalismo dada sua situação política, mas poderiam ser colonizados pelos muçulmanos, e possivelmente por judeus. É necessária muita preparação para isso e em cooperação com o governo poderíamos tentar negociar com os árabes”... E então eu disse, “suponhamos que criaríamos uma Companhia de Desenvolvimento que viria a adquirir um milhão de dunams de terra na Transjordânia, isso criaria uma reserva [para reassentar árabes] e diminuir a pressão na Palestina, se existisse alguma”⁹⁰.

Nos meses seguintes, Weizmann manteve a proposta de transferência em mente, como fica evidente em sua correspondência com vários colegas em maio⁹¹. Em 23 de junho, ele enviou um telegrama a Felix Green pedindo informações detalhadas das terras disponíveis na Transjordânia para reassentar os palestinos transferidos⁹².

O mais importante é que, pela primeira vez, a liderança do *Yishuv* apresentou a membros do governo britânico uma proposta oficial, embora secreta, da transferência de palestinos para a Transjordânia. Weizmann deixou os detalhes do plano a serem discutidos com Pinhas Rutenberg, um engenheiro, industrial e financiador que era presidente do Va'ad Leumi, o Conselho Nacional do *Yishuv*, e membro da Diretoria Executiva da Agência Judaica (embora tenha renunciado a ambas posições em 1931). Rutenberg já havia acertado os detalhes para explorar as águas do Rio Jordão e Yarmouk para fins hidroelétricos ao *Yishuv* e, em 1921, o governo do mandato britânico lhe dera uma concessão para que ele fundasse a Companhia Elétrica da Palestina em 1923.

O plano Weizmann-Rutenberg de 1930, que foi apresentado para o Escritório Colonial, propunha um empréstimo de um milhão de libras palestinas a ser conseguido com fontes financeiras judaicas para o reassentamento de comunidades camponesas palestinas na Transjordânia, dependendo da permissão para assentamentos sionistas a leste do Rio Jordão⁹³.

É difícil saber os detalhes do plano Weizmann-Rutenberg com precisão, enquanto os arquivos do Escritório Colonial sobre o assunto continuarem secretos. O que é claro é que o plano foi rapidamente rejeitado por Lorde Passfield, que havia se dado conta nesse tempo do tamanho da oposição nacionalista palestina ao sionismo⁹⁴, e pelo governo do primeiro-ministro Ramsay MacDonald. Em junho, Passfield escreveu uma carta ao primeiro-ministro dizendo que “nem o governo britânico nem o palestino poderiam tocar nesse projeto da Transjordânia”⁹⁵. Em dois encontros, com Weizmann em 7 de julho de 1930, e com Weizmann e Selig Brodetsky, presidente da Federação Sionista da Grã-Bretanha e Irlanda e membro do Executivo Sionista, em 18 de julho, o secretário colonial eliminou qualquer possibilidade de deslocamento e reassentamento em larga escala de palestinos na Transjordânia, assim como de qualquer assentamento judeu. Duas razões foram dadas: custo financeiro proibitivo e esperada força da oposição árabe⁹⁶. O Tesouro britânico acrescentou sua objeção a qualquer compromisso financeiro com o plano⁹⁷.

De fato, longe de apoiar as propostas de Weizmann em favor da transferência, Lorde Passfield foi responsável pela emissão em outu-

bro de 1930 do Livro Branco, que recomendava restrições à imigração judaica, a fim de diminuir a pressão sobre os camponeses palestinos causada pela aquisição de terras pelos sionistas⁹⁸. As conclusões do Livro Branco foram influenciadas pelo Relatório Hope-Simpson, também publicado em outubro de 1930, apesar de ter sido concluído muitos meses antes. O relatório estimava que aproximadamente 30 mil famílias palestinas da zona rural (isto é, 29,4% da população rural) haviam perdido suas terras e que não havia mais terra disponível para assentar migrantes judeus.

Os sionistas ficaram profundamente descontentes com o que foi visto como uma tendência pró-árabe na nova política britânica, mas Weizmann, enquanto protestava dizendo que o Livro Branco era “inconsistente com os termos do mandato britânico”⁹⁹, usou a situação para reiterar sua solução de transferência. Em um artigo publicado na revista londrina *Week End Review* em 1º de novembro de 1930, ele escreveu:

Nenhuma perspectiva estadista... poderia ignorar o fato de que a Transjordânia é legalmente parte da Palestina... de que, em relação a raça, idioma e cultura, seu povo é indistinguível dos árabes da Palestina Ocidental; de que estão separados da Palestina Ocidental apenas por um riacho estreito, que foi estabelecido como uma reserva árabe, e que seria tão fácil para os árabes sem-terra ou cultivadores das áreas congestionadas migrar à Transjordânia como de uma parte da Palestina Ocidental para outra.¹⁰⁰

Apesar do revés (temporário, como se veria mais à frente) representado pelo Livro Branco de Passfield, Weizmann persistiu em seus esforços para persuadir oficiais britânicos de que a transferência de camponeses palestinos despossuídos para a Transjordânia era uma boa ideia e que os problemas a ela associados eram principalmente de ordem econômica. Aludindo às objeções baseadas nos custos do projeto, ele repetiu a sugestão dada ao Lorde Passfield de fazer um empréstimo. Este empréstimo, no entanto, deveria ser garantido pelos britânicos, que também deveriam concordar em estender o *Yishuv* até a Transjordânia, que se consistiria em reserva para os árabes transferidos¹⁰¹. Em uma

discussão privada com o primeiro-ministro Ramsay MacDonald e com o secretário de Assuntos Exteriores, Arthur Henderson, em 4 de dezembro de 1930, Weizmann propôs que os árabes fossem convidados a uma mesa-redonda para discutir “o problema da área já lotada na Cisjordânia [que] poderia ser resolvido com o desenvolvimento – e a migração dos árabes – da Transjordânia”¹⁰².

Os esforços de Weizmann para promover a transferência aconteceram principalmente nos bastidores, porém suas atividades não passaram completamente despercebidas. Lewis Namier, o secretário para Assuntos Políticos da poderosa Agência Judaica, esteve presente na reunião do dia 4 de dezembro na Câmara dos Comuns¹⁰³. Um indício de que Ben-Gurion já estava ciente do plano é sua anotação em seu diário do dia 24 de junho de 1930 – um dia depois de Weizmann ter perguntado via cabo a Felix Green sobre os detalhes da disponibilidade de terras na Transjordânia. Ben-Gurion, que ao mesmo tempo conduzia conversas com os oficiais britânicos em Londres, escreveu que a criação de uma maioria judaica na Palestina não significava “a remoção de muitos árabes da Palestina”, uma possível referência ao Plano Weizmann-Rutenberg¹⁰⁴.

Weizmann não era o único a defender soluções de transferência nesse período, em 17 de junho de 1930; uma proposta de transferir árabes da Palestina à Transjordânia para solucionar o problema dos camponeses despossuídos foi apresentada em uma reunião da Direção do Fundo Nacional Judeu (FNJ), a organização líder de assentamentos¹⁰⁵. A diretoria reapresentou a proposta no ano seguinte, na sua reunião de 29 de abril de 1931. No mesmo ano, a Agência Judaica apresentou a proposta para o Comitê apontado pelos britânicos, liderado por Lewis French para estudar a situação de camponeses árabes despossuídos, incluindo despejados de Wadi al-Hawarith de terras vendidas ao FNJ por proprietários ausentes. A solução apresentada pela Agência Judaica – remoção dos árabes despossuídos para a Transjordânia – foi rejeitada pelo Alto Comissário Britânico, Arthur Wauchope, como uma tentativa de expulsar a população camponesa do país¹⁰⁶. No ano seguinte, Victor Jacobson, o então representante da Organização Sionista para a Liga das Nações e chefe do Escritório Político Sionista em Paris, sugeriu em um memorando secreto a

partição da Palestina com a condição de que 120 mil árabes fossem removidos da área judaica¹⁰⁷.

Enquanto a discussão de Weizmann sobre os planos de transferência foi conduzida a portas fechadas, outros não foram tão discretos. Menahem Ussishkin, uma das principais lideranças do *Yishuv*, presidente do Fundo Nacional Judeu e membro da Direção Executiva da Agência Judaica, defendeu publicamente a transferência dos palestinos para outras partes do Oriente Médio. Em uma coletiva de imprensa em Jerusalém, no dia 28 de abril de 1930, ele disse:

Nós devemos continuamente demandar que nossa terra nos seja devolvida... se existem outros habitantes, eles precisam ser transferidos para algum outro lugar. Nós temos que tomar de volta nossa terra. Nós temos um ideal mais grandioso e nobre do que preservar centenas de milhares de árabes *fellahin* [camponeses].¹⁰⁸

Assim como as declarações de Zangwill uma década antes, de que os árabes não tinham “direito às regras da democracia” e deveriam ser “gradualmente transplantados”, comprometeram as negociações de Weizmann com o Emir Faisal, as declarações públicas de Ussishkin foram consideradas politicamente prejudiciais para a causa sionista. Dois dias depois, em 30 de abril, a Diretoria Executiva da Agência Judaica aprovou uma moção criticando as declarações de Ussishkin¹⁰⁹, embora a própria Agência viesse a propor um estudo analisando a transferência no ano seguinte e o Fundo Nacional Judeu, de Ussishkin, apresentar uma proposta recomendando a transferência para o Comitê presidido por Lewis French. A objeção foi à menção pública de transferência, que, na opinião da liderança, só poderia levar a consequências indesejáveis, como aumentar o descontentamento palestino, intensificar a pressão para interromper a imigração de judeus e alienar a opinião pública ocidental.

Enquanto as propostas de transferência feitas por Weizmann em 1930 foram rejeitadas pelo governo britânico, as justificativas usadas por ele foram a base para os argumentos feitos depois em favor da transferência. Líderes do *Yishuv* continuaram a defender que não havia nada “imoral” nessa ideia, de que a transferência de populações gregas

e turcas era um precedente a medidas similares para os árabes palestinos, e que transferência e remoção da população para a Transjordânia, Iraque ou qualquer outra parte do mundo árabe era apenas uma realocação de um distrito árabe para outro¹¹⁰.

II

A Comissão Real (Peel), 1937

Devido à consciência dos líderes sionistas de que a opinião pública britânica não deveria ser provocada, a proposta de transferência para a Transjordânia de 1930 de Weizmann ficou restrita a conversas privadas e internas com autoridades britânicas. De fato, até 1937, os líderes evitavam tornar público esse tópico sensível e foram cuidadosos em não apoiar publicamente o princípio de transferência, apesar da sua importância para alcançar os objetivos sionistas. De acordo com Simha Flapan, por muitos anos o líder do Departamento Árabe do partido Mapam, “planos de transferência surgiam repetidamente nas deliberações sionistas sobre a oposição árabe na Palestina. Os planos eram apresentados nas negociações para testar a reação dos britânicos, apesar de não serem mencionados publicamente”¹. Por questões de conveniência política, os sionistas calculavam que esses planos não poderiam ser levados a cabo sem que os britânicos apoiassem ou mesmo os implementassem.

Contudo, conforme os líderes sionistas ficaram mais confiantes na possibilidade de formação de um Estado judeu, sua atuação ficou mais

ousada. De fato, apesar da crescente oposição e resistência dos árabes às políticas sionistas (culminando na deflagração em 1936 do que ficou conhecido como grande revolta árabe), o panorama para os sionistas continuou a melhorar. A imigração continuou a aumentar com a crescente perseguição de judeus na Europa: de 30 mil em 1933 a 42 mil em 1934 e 61 mil em 1935. Assim, entre 1931 e 1936, a população judaica aumentou de 17,8% para 29,5%².

Ademais, o sionismo alcançou diversas vitórias com os britânicos: em fevereiro de 1931, o Livro Branco de Passfield, que foi tão desconcertante para os sionistas, já havia sido virtualmente revogado em uma carta a Chaim Weizmann do secretário para Colônias, Ramsay MacDonald, e em março de 1936, a proposta para um Conselho Legislativo na Palestina com paridade entre palestinos e judeus (em um momento no qual os judeus representavam menos de 1/3 da população) foi derrotada na Câmara dos Comuns por pressão sionista.

Quando a Comissão Real de Inquérito liderada pelo Lorde Peel foi nomeada em maio de 1936 para analisar as causas dos protestos árabes ocorridos em abril, os sionistas se sentiram em condições de pressionar mais firmemente por suas propostas de transferência. Esses planos, apresentados de 1937 em diante, representavam um novo estágio do pensamento sionista para uma solução “radical” do “problema árabe”.

Em 30 de março de 1936, alguns meses antes da chegada da Comissão Real (Peel) na Palestina, o plano de Weizmann de 1930 de transferir camponeses árabes palestinos para a Transjordânia enquanto expandia a colonização sionista foi discutido em uma reunião do Comitê Político do Mapai, o partido dominante no *Yishuv*, que era liderado por Ben-Gurion. No encontro, Moshe Beilinson, um ideólogo líder, propôs em relação ao problema fundamental da terra que os sionistas deveriam exigir dos britânicos “ajuda extensiva para amplo plano de desenvolvimento, que permitiria viabilizar a evacuação de grandes áreas árabes para nossa colonização, através de um acordo com os [árabes]”³. Dov Hos, uma figura proeminente na central sindical judaica Histadrut e também na Haganah, destacou que a questão apresentada por Beilinson estava interligada à questão da Transjordânia, que deveria ser adiada naquele momento por ser “uma questão política muito séria”. Ben-Gurion então interveio, dizendo que ele con-

versaria com o alto-comissário britânico, Arthur Wauchope, sobre a Transjordânia e sobre se o governo iria ou não prover ajuda financeira, ou talvez permitir que a Agência Judaica cobrasse impostos da população judaica na Palestina. No entanto, Ben-Gurion expressou dúvidas sobre essas conversas, questionando como os britânicos responderiam às demandas dos sionistas durante um momento de protestos árabes.⁴

Algumas semanas depois, logo após a conclamação da greve geral que marcou o início da grande rebelião árabe, a questão da transferência foi novamente levantada nas reuniões em 19 e 20 de maio de 1936 do Executivo da Agência Judaica, responsável pela criação das políticas do *Yishuv*. Menahem Ussishkin, que já havia apoiado abertamente a ideia em 1930, declarou em 19 de maio:

Eu gostaria muito que os árabes fossem para o Iraque. E eu espero que eles vão para lá em algum momento... as condições para agricultura são melhores no Iraque que na Terra de Israel por causa da qualidade do solo. Segundo, eles estarão em um Estado árabe e não em um Estado judeu. Nós não podemos removê-los daqui. Não apenas por que não podemos, mesmo que uma troca tenha sido feita entre os gregos da Ásia Menor e os turcos, entre a Turquia e a Grécia. No entanto, hoje não aceitaríamos isso.

O que podemos exigir hoje é que toda a Transjordânia seja incluída na Terra de Israel... com a condição de que a Transjordânia esteja ou disponível para colonização judaica ou para o reassentamento dos árabes, cujas terras [na Palestina] nós compraríamos. Contra isso nem a pessoa mais consciente poderia discordar... para os árabes da Galileia, a Transjordânia é uma província... isso será para o reassentamento dos árabes da Palestina. Esse é o problema da terra... agora os árabes não nos querem aqui, porque queremos governar. Eu lutarei por isso. Eu farei questão que sejamos os donos dessa terra... porque esse país nos pertence e não a eles...⁵

É interessante notar a distinção feita por Ussishkin entre a transferência para o Iraque e para a Transjordânia; a primeira é vista como obrigatória e a segunda, de alguma maneira, não; contanto que a Transjordânia fosse incluída na Terra de Israel. "Reassentamento" para a Transjordânia era considerado uma simples mudança de uma

província para outra, contra a qual “nem a pessoa mais consciente” poderia ser opor. Esse conceito de transferência para a Transjordânia, sendo indolor e aceitável, é recorrente no debate sionista.

O Iraque, por outro lado, foi descartado como destino para os árabes transferidos por alguns dos sionistas mais exigentes por causa da “coação” que estaria implicada. Assim, nas discussões do Executivo da Agência Judaica no dia seguinte, Arthur Ruppin, chefe do Departamento de Assentamentos de Terras Sionistas até 1925 e relativamente moderado, defendeu que “chegou à convicção e conclusão que não existe maneira de chegar a um acordo de paz com os árabes sem abrir mão das nossas demandas fundamentais”. Sobre a fala de Ussishkin, ele então disse:

Eu também tenho sonhos como os seus. Eu disse uma vez que o Iraque absorverá os árabes da Terra de Israel, e todos os povos do mundo reconhecerão que nossas demandas são justificadas... no entanto... como você pode conceber que os árabes abandonarão a Terra de Israel e irão para Bagdá? O que eles ganham com isso?... Em Bagdá um *fellah* (camponês) recebe três ou quatro piastras como pagamento diário. Aqui um *fellah* recebe 12-15 piastras. Lá ele está vivendo em miséria extrema, mas aqui não. Por que ele deveria ir para o Iraque? Só por que é um país árabe? Nos olhos dele, a Palestina hoje ainda é um país árabe, e ele ainda vai brigar por essa arabicidade... e as condições de agricultura no Iraque não podem ser descritas como os jardins do Éden.⁶

As origens da recomendação de transferência da Comissão Real (Peel)

O Executivo da Agência Judaica voltou a discutir sobre a transferência, particularmente em referência à Transjordânia, nas reuniões de outubro de 1936 feitas logo antes da chegada da Comissão Peel à Palestina, marcada para o mês seguinte. As reuniões em outubro aconteceram no contexto da defesa por parte do governo mandatário da Palestina de uma legislação que garantisse um mínimo de terras para os camponeses árabes e que impusesse restrições à compra de terras

pelo *Yishuv* em certas regiões. Nos debates, os membros do Executivo da Agência Judaica chegaram ao consenso de que a agência se oporia a qualquer legislação que protegesse arrendatários árabes⁷. Como alternativa à legislação proposta, Yitzhak Ben-Zvi – então presidente do Conselho Nacional do *Yishuv* – e Va'ad Leumi – proeminente líder da Histadrut e do Mapai que viria ser o segundo presidente do Estado de Israel – defenderam a remoção “voluntária” de camponeses que não eram donos de terra para países vizinhos, incluindo a Transjordânia. Fazendo eco ao plano de transferência de Weizmann de 1930, Moshe Shertok, chefe do Departamento Político da Agência Judaica, apoiou a proposta de Ben-Zvi, porque a Transjordânia possuía uma reserva territorial grande o suficiente para colonização judaica e reassentamento de árabes⁸.

Nas discussões ficou claro que a maioria dos membros do Executivo da Agência Judaica – incluindo Ben-Gurion, Weizmann, Ben-Zvi, Eliezer Kaplan, Shertok, Selig Brodetsky, Efrayim Rottentreich e Yitzhak Gruunbaum – preferia adotar a princípio uma política não declarada a ser defendida discretamente em conversas com membros da Comissão Real. Resumindo a discussão, Ben-Gurion expressou suas dúvidas de que uma transferência em massa pudesse ser implementada, apesar de ter simpatia pela ideia. O precedente greco-turco de transferência de população não poderia ser aplicado, explicou, pois “não somos um Estado, e a Grã-Bretanha não fará isso por nós...”, apesar de que “não há nada moralmente errado com essa ideia”. Defendendo a transferência enquanto política, ele continuou:

Se era permitido mover um árabe da Galileia para a Judeia, por que não se pode mover um árabe de Hebron para a Transjordânia, que é muito mais perto? Existe muita terra lá, e nós estamos superpovoados... Até mesmo a Comissão Real concorda com a transferência para a Transjordânia se nós munirmos os camponeses de terra e dinheiro. Se a Comissão Peel e o governo em Londres aceitarem, nós removeremos o problema da terra da agenda.⁹

Ben-Gurion defendia que os árabes não se tornariam sem terras por causa das compras de terras pelos sionistas; eles seriam transferidos para a Transjordânia¹⁰.

Na votação final em 29 de outubro, a maioria dos membros do Executivo da Agência Judaica aprovou a proposta de transferência “voluntária” de camponeses árabes deslocados para a Transjordânia; somente Maurice Hexter e David Werner Senator, dois dos quatro membros não sionistas entre os 21 da direção, discordaram da resolução¹¹. Anteriormente, durante as discussões, Senator afirmara que “não podemos dizer que queremos viver com os árabes e ao mesmo tempo transferi-los para a Transjordânia”¹². E apesar de referências à transferência “compulsória” serem cuidadosamente evitadas, Ben-Gurion e Shertok deixaram claro que estavam a par de que os árabes palestinos dificilmente se mudariam para a Transjordânia voluntariamente.

A Comissão Real (Peel) chegou à Palestina em 11 de novembro de 1936. Weizmann foi uma das primeiras testemunhas a serem ouvidas pela comissão – da qual vários membros demonstravam abertamente simpatia pelo sionismo. Posteriormente, Weizmann descreveu a comissão como “de longe o órgão investigativo mais diferenciado e capaz já enviado à Palestina”¹³. A comissão entrevistou praticamente todos os líderes sionistas na Palestina, de qualquer nível de importância, e também representantes árabes. Contudo, provavelmente o *lobby* sionista de fato se deu em Londres, depois que a comissão retornou em meados de janeiro. Shertok e Weizmann foram para Londres em meados de fevereiro, e Ben-Gurion, acompanhado de David Hacohe e Dov Hos (que obteve sucesso em estabelecer fortes laços com líderes do Partido Trabalhista britânico), chegou à Inglaterra em maio¹⁴.

Os sionistas eram incansáveis nos seus esforços de influenciar as propostas da comissão, reunindo-se não apenas com os membros dessa, mas também com oficiais do governo, ministros, congressistas e autoridades dos ministérios de Relações Exteriores e para Colônias, com quem os membros da comissão muito possivelmente se consultariam para fazer suas recomendações¹⁵. Nessas reuniões, a ideia de transferência da população foi defendida em conjunto com a ideia de partição do país. A ideia de partição aparentemente foi proposta pela primeira vez por um membro da comissão, professor Reginald Coupland, em uma reunião privada com Weizmann na Palestina. A possibilidade de um reconhecimento oficial por parte do governo britânico – até então firmemente negado – da soberania e Estado judaicos, ainda que em parte

da Palestina, representava um tremendo avanço – e naquele momento ainda inesperado – para o movimento sionista.

Dada a realidade demográfica naquele momento, qualquer que fosse a divisão feita, uma grande quantidade de árabes e uma porção ainda maior de suas terras se tornariam parte de qualquer que fosse o Estado judeu criado. Assim, a noção de transferência era paralela à ideia de partição. As evidências sugerem que a proposta final de transferência árabe apresentada pela Comissão Real foi criada, e secretamente transmitida, por líderes da Agência Judaica, incluindo Ben-Gurion, Shertok e Weizmann. Já no encontro do Executivo da Agência Judaica de outubro, Ben-Gurion sinalizou sua intenção de defender essa questão: “Se a Comissão Peel e o governo em Londres aceitarem [a ideia de transferência para a Transjordânia], nós removeremos o problema da terra da agenda.”¹⁶ Em março, Maurice Hexter – que havia sido um dos dois membros contrários à proposta de transferência na reunião da Agência Judaica – apresentou um plano confidencial à Comissão Real em nome da Agência Judaica. Hexter explicou que o objetivo do plano era resolver a questão da terra e da colonização sionista em vários distritos, como os vales do Hula e Beisan. De acordo com o plano apresentado, o governo britânico deveria considerar as propostas das companhias de assentamentos do *Yishuv*, como a Associação para Colonização Judaica; a Associação para Colonização Judaica da Palestina e a Companhia para Desenvolvimento de Terras da Palestina (*Hevrat Hachsharat Hayishuv*), todas que promoviam a compra de terras na Palestina para o controle coletivo do Fundo Nacional Judeu ou para investidores privados sionistas. De acordo com Hexter, o objetivo dessas propostas era “o manejo em conjunto das aldeias árabes existentes e sua concentração para evacuar esse território para a colonização judaica”. Se os árabes se recusarem e criarem uma resistência política organizada para vender e evacuar as terras, o governo intervirá e “forçará as pessoas a trocarem suas terras e se mudarem de um lugar para o outro”. Quando Hexter foi perguntado por um membro da comissão se as terras evacuadas seriam exclusivas para assentamentos judeus, ele respondeu: “Nossa intenção é [que elas sejam] só para judeus.”¹⁷

Contudo, sem dúvida, a proposta mais significativa de transferência apresentada à comissão – e a que veio a dar os contornos para as

suas recomendações – foi da Agência Judaica, em um memorando de maio de 1937, contendo um parágrafo específico sobre a transferência de palestinos para a Transjordânia¹⁸. O impacto do memorando, escrito conjuntamente por Ben-Gurion e Pinhas Rutenberg, pode ser medido pelo comentário no diário político de Shertok em 12 de junho de 1937 – quase um mês antes da publicação do relatório da Comissão Peel. De acordo com Shertok, o cônsul-geral dos Estados Unidos em Jerusalém, George Wadsworth, disse-lhe em um jantar que os oficiais britânicos haviam comentado em conversas privadas que o governo estava inclinado a favor da partição. Shertok comenta:

Nós conversamos sobre a questão da partição em conexão com a Transjordânia. Wadsworth comentou que sabia que o governo [britânico] estava muito impressionado com a proposta apresentada no memorando que submetemos à Comissão Real referente à transferência de árabes de Eretz Yisrael ocidental [ou seja, Palestina] para a Transjordânia para evacuar a região para os colonos judeus. Eles viram essa proposta como um plano de fato construtivo.¹⁹

De fato, a proposta da Agência Judaica parece ter sido apresentada oralmente para os membros da comissão ao menos dois meses antes do memorando de maio. Shertok escreveu em seu diário, no dia 23 de março, sobre as últimas notícias que ouviu de Weizmann: “À meia-noite [Lewis] Namier contou a Weizmann sobre as conversas secretas que ele teve com o professor Coupland.” Coupland, que estava encarregado de escrever o relatório da comissão, aparentemente perguntou a Namier se os judeus estariam dispostos a ajudar o Estado árabe financeiramente, e Namier respondeu sim, mas disse que não em dinheiro vivo. Segundo Shertok, Namier indicou que “eles estariam dispostos a ajudar a desenvolver certas regiões no Estado árabe, também com o objetivo de trocar de população [isto é, transferência de população árabe]”²⁰.

Shertok escreveu muitos meses depois que Reginald Coupland “era nosso maior amigo na Comissão Real”²¹. Outros sionistas sugerem que graças à amizade de Namier com Coupland, “Namier pode influenciar diretamente em questões de muita importância”²², em referência à questão da transferência.

Enquanto secretamente faziam *lobby* junto aos membros da comissão para que aceitassem a transferência de árabes à Transjordânia, Ben-Gurion e outros líderes da Agência Judaica mantiveram contato com o emir Abdallah da Transjordânia para convencê-lo a apoiar a proposta. Abdallah, o irmão mais velho do emir Faisal, foi colocado como mandatário em Amã em 1921 com ajuda dos britânicos e se manteve totalmente dependente deles desde então. A abertura dos sionistas para Abdallah, que estava desesperado por investimentos para o seu emirado abandonado, não era nova. Em uma carta a Shertok de 9 de junho de 1936, Ben-Gurion sugeriu que se deveria “tornar Abdullah autoridade suprema religiosa para todos os muçulmanos em Eretz Yisrael em retorno pela abertura da Transjordânia para nós”²³. Além disso, em abril de 1937, Abdallah enviou líderes tribais para se encontrarem com Weizmann em Jerusalém e deixou claro que aceitaria assentamentos sionistas em seu emirado.

O próprio Ben-Gurion organizou o contato inicial entre o emir Abdallah, que na época estava em Londres, com Pinhas Rutenberg, que continuava promovendo o plano Weizmann-Rutenberg de 1930 por baixo dos panos, apesar de os britânicos o terem rejeitado. Rutenberg começou as negociações com Abdallah, que aparentemente aceitou a proposta da Agência Judaica, com o objetivo de criar uma empresa de transferência nos moldes das companhias criadas para a colonização britânica e sionista. Seriam mobilizados 2 milhões de libras (o dobro do proposto em 1930); metade seria usada para o reassentamento de camponeses palestinos transferidos para a Transjordânia e metade, para os assentamentos sionistas a leste do Rio Jordão²⁴.

Ao promover a transferência de árabes com a colonização sionista na Transjordânia, relacionada a um possível apoio da Comissão Real²⁵, Ben-Gurion também ajudou Pinhas Rutenberg a contatar W. Ormsby-Gore, o secretário para Colônias, e o ainda mais crucial professor Coupland, assim como o atuante banqueiro sionista James-Armand de Rothschild²⁶.

Não há dúvida de que o conceito de transferência, agora intimamente ligado à ideia de partição, estava no cerne dos esforços sionistas de *lobby*. Porém, mesmo com esses esforços sendo feitos, alguns líderes questionavam a sensatez em promover a proposta de transferência

e partição. Moshe Shertok disse para o Comitê Central do Mapai em 5 de fevereiro de 1937:

Primeiramente, quase 300 mil árabes existirão no território judeu. Não é tão fácil fazer troca [de população]... E mesmo que eles [os britânicos] queiram mesmo deslocar a população árabe à força, isso resultaria em tamanho derramamento de sangue que a atual rebelião árabe acontecendo no país seria nada. Isso não poderia ser feito sem as forças britânicas, pelo menos no período de transição... É uma questão central se [os britânicos] teriam coragem de fazer isso.²⁷

Em uma discussão interna em Londres em 15 de março, na qual Weizmann estava presente, Shertok repetiu suas dúvidas sobre se, por exemplo, os árabes de duas grandes aldeias ao sul de Jaffa – Zarnuga e Bayt Dajan – poderiam ser convencidos a sair das suas terras férteis e suas prósperas plantações de frutas cítricas na planície costeira e ir para terras secas na Transjordânia²⁸.

Em um discurso em 22 de abril de 1937, em Jerusalém, para o Comitê de Ações Sionistas, o órgão supremo de criação de políticas entre as sessões do Congresso Sionista da Organização Mundial Sionista (como a Organização Sionista foi crescentemente chamada), Shertok se aprofundou nas suas dúvidas sobre a viabilidade da proposta de um Estado judeu e da partição:

O território judeu proposto não seria contínuo, suas fronteiras seriam contorcidas e quebradas; defender as fronteiras seria extremamente difícil... As linhas de fronteira separariam as aldeias dos seus campos... Além disso, a reação dos árabes seria negativa, porque eles perderiam tudo e ganhariam quase nada... Ao contrário de nós, perderiam totalmente essa parte da Palestina que eles consideram um país árabe e que estão lutando para manter como tal... Eles perderiam a parte mais rica da Palestina, perderiam os maiores recursos árabes, as plantações de laranja, os centros comerciais e industriais e as fontes mais importantes de arrecadação para o governo deles se tornariam empobrecidas; eles perderiam a maior parte

da área costeira, o que também seria uma perda para os estados árabes interioranos... Isso significaria também que eles seriam empurrados de volta ("Zorkim otam") ao deserto... seria mais fácil para nós construir um território judeu [Estado] com menos sujeitos árabes, mas também significaria um Leito de Procusto²⁹, enquanto um plano de expansão para um território mais largo significaria mais árabes no território judeu.

Para os próximos dez anos, a possibilidade de transferir a população árabe não seria "praticável". Em um futuro distante, eu estou preparado para enxergar nisso uma visão, não de maneira mística, mas realista, de uma troca de população em escala muito maior e incluindo maiores territórios. Por agora, nós não podemos nos esquecer quem teria que trocar suas terras? Aqueles que vivem da irrigação, da laranja, das plantações de frutas; que vivem em casas perto de poços de água e estações de bombeamento; que têm rebanhos e propriedades e acesso fácil a mercados. Para onde eles iriam? O que eles receberiam em troca?... Seria tal marginalização, tal choque, como nunca ocorreu antes e poderia afogar tudo em um rio de sangue. A esse ponto não podemos manter a analogia com as transferências de população entre Turquia e Grécia; as condições eram diferentes. Os árabes que ficariam se revoltariam; o Estado judeu conseguiria reprimir essa revolta sem ajuda das trocas britânicas?³⁰

Apesar de sua apreensão, Shertok ajudou ativamente a promover a proposta de transferência da Agência Judaica. Juntamente com Weizmann, e em menor proporção com Namier, ele foi fundamental para que a Comissão Real adotasse as posições sionistas. No entanto, o arquiteto chefe desse *lobby* secreto foi Ben-Gurion, que usou com enorme habilidade uma tática que ele já havia usado anteriormente, isto é, conseguindo que os britânicos iniciassem propostas favoráveis aos sionistas. Os esforços com a Comissão Peel estavam à beira de frutificar.

Weizmann, Shertok e Ben-Gurion e as recomendações da Comissão Peel

A Comissão Peel publicou o seu relatório em 8 de julho de 1937 acompanhado da aprovação do governo da Sua Majestade, considerando-as como guias para as futuras políticas na Palestina. A principal conclusão da Comissão foi que as aspirações nacionais de árabes e judeus eram irreconciliáveis. E sua principal recomendação foi a partição da Palestina em dois estados soberanos – “um Estado árabe consistindo da Transjordânia e da parte árabe da Palestina e outro Estado judeu”³¹. Também recomendava o desenho desses estados, com o Estado judeu sendo aproximadamente 1/3 do país (em um momento em que os judeus possuíam 5,6% das terras), englobando as partes mais férteis da Palestina, incluindo a planície de Esdraelon, a maior parte da planície costeira e toda a Galileia, que era dos árabes. Os britânicos manteriam seus enclaves na cidade portuária de Haifa, em Jerusalém, Belém, Tiberias, Nazaré, Acre e em um corredor de Jaffa a Jerusalém. O Estado árabe englobaria o restante da Palestina, incluindo o deserto do Negev³².

O relatório ainda adiciona recomendações específicas ao que ele delicadamente chamava de “troca” de populações – o total de 225 mil árabes que viviam no território alocado ao Estado judeu contra os 1.250 judeus que viviam no território determinado para o Estado árabe³³. Curiosamente, em relação à Galileia, na qual a população era inteiramente árabe, a comissão determinou que não seria necessário fazer uma “troca” mais significativa de terras e de população, que poderia ser feita de maneira voluntária. Em relação às planícies, “deveria ser parte de um acordo [entre os futuros estados árabe e judeu] e que, em última instância, se faria a troca compulsoriamente”³⁴. A transferência seria realizada com assistência britânica e acordo do Estado árabe (uma condição que seria facilitada pela recomendação da comissão de união com a Transjordânia); a questão do caráter voluntário ou compulsório da evacuação foi propositalmente deixada vaga³⁵. A justificativa da comissão para a proposta e sua referência ao precedente de transferência de população entre Grécia e Turquia ecoava os argumentos usados por Weizmann, assim como por vários membros da Agência Judaica durante os debates de 1936.

Como era esperado, as recomendações da Comissão Real (Peel) foram veementemente rejeitadas por todos os matizes da opinião palestina. Também desencadearam uma explosão de violência sem precedentes entre os camponeses palestinos nas áreas rurais. A rebelião árabe em curso, que estava em um momento de calmaria, se intensificou³⁶. Por outro lado, para os sionistas, a Comissão Peel representou o primeiro reconhecimento oficial britânico da soberania judaica e legitimou dois conceitos sionistas básicos. Primeiro, endossava a interpretação sionista da Declaração Balfour (isto é, que o “lar nacional judeu” significava um Estado judeu) e segundo, sancionava o sonho almejado há tempos pelos sionistas de transferência dos árabes desse Estado.

Weizmann, Shertok e especialmente Ben-Gurion fizeram *lobby* incansável junto aos membros da Comissão Peel para que as recomendações seguissem as linhas originais. Mesmo assim, considerações políticas em relação ao movimento sionista de maneira geral pediam prudência em apoiar a conclusão com muito entusiasmo. Assim, a Agência Judaica, liderada por Ben-Gurion, simultaneamente atacava a ideia de partição em público como uma quebra da promessa contida na Declaração Balfour (com o fundamento de que a Declaração Balfour tinha prometido um lar judeu em toda a Palestina), enquanto em privado tentava negociar com o governo britânico um Estado judeu em posições mais vantajosas.

Apesar do desenho dos estados recomendado pela Comissão Peel estar amplamente de acordo com as próprias propostas de Ben-Gurion, quaisquer insatisfações que Weizmann, Shertok e Ben-Gurion expressaram estavam centradas no território. Afinal, o Estado judeu delineado nas recomendações era muito menor do que o defendido por Ben-Gurion em 1918, o qual iria do Rio Litani ao norte até pelo menos Wadi Arish, no Sinai, ao Sul; e ao deserto sírio (incluindo o ponto mais distante da Transjordânia) a leste³⁷. Não obstante, todos os três acreditavam que o tamanho reduzido apresentado era temporário, uma parada na rota para a realização de um Estado em toda a Palestina. Weizmann disse isso abertamente a ninguém menos que o alto comissário britânico, enquanto a Comissão Peel ainda estava deliberando: “Nós expandiremos para todo o país a seu tempo... esse é só um arranjo para os próximos 25 ou 30 anos.”³⁸

Apesar de existir alguma ambiguidade em relação à partição, assim como alguma apreensão em relação ao desenho e à dimensão do país – Weizmann disse que “nós [não] temos uma grande extensão de terras em um só bloco” para esse Estado³⁹ –, o entusiasmo dos três sobre a transferência era absoluto. Weizmann deixou claro que a transferência era a chave para o sucesso: em 19 de julho, 12 dias após a publicação do relatório da Comissão Peel, Weizmann disse a Ormsby-Gore, o secretário britânico para Colônias pró-sionismo e grande apoiador da ideia de partição no governo britânico, que “o completo sucesso do plano [de partição] dependia de se o governo [britânico] desejava ou não implementar suas recomendações [isto é, a transferência da população árabe]”. Assim como muitos líderes sionistas, Weizmann acreditava que, nesse estágio, a “transferência só poderia ser feita pelo governo britânico e não pelos judeus. Eu expliquei [a Ormsby-Gore] o motivo de eu considerar essa proposta de suma importância”⁴⁰.

Independentemente do sentimento de Weizmann sobre a disposição dos britânicos de implementarem a remoção forçada, ele era cuidadoso em não defender a transferência compulsória publicamente. Em primeiro lugar, já deveria ter sido informado da defesa de Ormsby-Gore no encontro da Comissão de Mandatos da Liga das Nações em agosto de 1937, descartando o uso da força para transferir os árabes e expressando sua convicção de que os árabes evacuariam o Estado judeu voluntariamente⁴¹. A diplomacia delicada de Weizmann nessa questão ficou evidente em uma carta para o presidente da Comissão Permanente de Mandatos enviada em fins de 1937:

Meus colegas e eu damos muita importância a essa questão, e não nos iludimos sobre suas dificuldades... esperamos que a solução sugerida pela Comissão Peel não seja rejeitada de imediato...

Com certeza, nós não propomos obrigar ou coagir de nenhuma maneira: somente aqueles que desejarem serão transferidos,... mas nós acreditamos que, assim como depois da conquista do Cáucaso pela Prússia, muitos muçulmanos preferiram emigrar para a Turquia do que ficar sob dominação dos “infieis”, muitos muçulmanos e talvez outros desejaram ir após a criação do Estado judeu.⁴²

Apesar dos avisos sobre possíveis “rios de sangue” para o Comitê de Ações Sionistas na primavera, Shertok também estava agora entusiasmado com a proposta de transferência do relatório da Comissão Peel. Comumente descrito por adversários políticos como “apaziguador” ou “moderado” em relação à questão dos árabes palestinos, ele também se mostrou pronto a lutar por emendas máximas ao plano de partição da Comissão Peel. Depois de receber um telegrama sobre o conteúdo do relatório, contou aos participantes em uma reunião do Mapai, em 5 de junho, em Tel-Aviv:

Muitas premissas feitas pela comissão serão importantes recursos para nossas atividades políticas. Dessas eu ressalto a questão da transferência populacional. A comissão não apenas não vê como fundamentalmente errado remover pessoas de onde essas viveram por muitas gerações, mas também disse aos árabes que se for necessário que eles saiam – eles devem sair... O relatório ressalta que, após a transferência populacional entre Grécia e Turquia, boas relações foram novamente estabelecidas entre os dois países.⁴³

Alguns meses depois, em dezembro de 1937, Shertok falou em uma reunião de Keren Hayesod⁴⁴:

Não levantemos questões difíceis quando discutimos o plano de partição: porque é impossível comprar terras em Eretz-Yisrael e é difícil transferir os árabes dos seus lugares... A transferência dos árabes... poderia ser por meio de acordo. Sem um acordo, isso é completamente impossível. Não é necessário que haja um acordo com cada um dos árabes, mas deve ser feito um acordo com um outro governo. Em qualquer caso, isso não seria feito expulsando pessoas enquanto sua terra é confiscada sem nenhuma preocupação por novos lugares para elas.⁴⁵

Categoricamente afirmando que o acordo seria coletivo, mas a expulsão, individual.

Como era esperado, Ben-Gurion apoiava a ideia incondicionalmente. A seus olhos, a recomendação da transferência era “um ponto

central que superava todos os outros méritos do relatório e compensava seus problemas”⁴⁶. A importância dada por Ben-Gurion não apenas à transferência, mas à transferência forçada pode ser vista na anotação em seu diário no dia 12 de julho de 1937: “A transferência compulsória dos árabes dos vales do Estado judeu proposto pode nos dar algo que nós nunca tivemos, mesmo quando nós nos erguemos durante os dias do primeiro e do segundo templos” – uma Galileia livre da população árabe⁴⁷. Acreditavam que se os sionistas estivessem determinados em seu esforço de colocar pressão nas autoridades mandatárias para que elas fizessem a remoção forçada, o plano poderia ser implementado. “Nós temos que nos agarrar a essa conclusão da mesma maneira que nos agarramos à Declaração Balfour; mais que isso, da mesma maneira que nos agarramos ao sionismo. Nós temos que insistir nessa conclusão [e estendê-la] com toda a nossa determinação, poder e convicção... Nós temos que tirar dos nossos corações a hipótese de que isso não é possível. Isso é possível.” Ben-Gurion foi ao extremo de escrever: “Nós temos que nos preparar, *nós mesmos*, para realizar a transferência.” [ênfase do original]⁴⁸

Ben-Gurion estava convencido de que poucos árabes palestinos, se algum, iriam se transferir “voluntariamente” para a Transjordânia, mesmo com a recomendação da Comissão Peel de que a Transjordânia fosse parte do mesmo Estado. Ele continua: “Eu vejo acima de tudo as grandes dificuldades de retirada, por uma força estrangeira, de cerca de 100 mil árabes das vilas [da Galileia] nas quais eles viveram por séculos.”⁴⁹ Enquanto as “grandes dificuldades” que Ben-Gurion tinha em mente eram materiais e não morais, ele ainda tentou justificar o conceito de transferência em bases morais; em uma carta para seu filho Amos – então com 16 anos de idade – em 27 de julho de 1937, algumas semanas após a publicação do relatório da Comissão Peel, ele escreveu: “Nós nunca quisemos deixar os árabes sem nenhuma posse, [mas] porque os britânicos querem dar a eles parte do território que nos foi prometido é justo que os árabes que estejam no nosso Estado sejam transferidos para a parte árabe.”⁵⁰ Ademais, a fronteira norte com o Líbano – depois da evacuação forçada dos árabes, em sua maioria muçulmanos, da Galileia – seria uma vantagem adicional ao proposto Estado judeu: “Essa proximidade tem enorme valor político, porque o Líbano [cristão maronita]

e os judeus estão ambos interessados em ser vizinhos. Os cristãos do Líbano mal podem existir sem o Estado judeu ao seu lado, e nós também estamos interessados em uma aliança com o Líbano cristão.”⁵¹

Uma carta posterior a seu filho, de 5 de outubro de 1937, mostra o quanto a transferência estava associada com expulsão na cabeça de Ben-Gurion; essa carta mais digna de nota em sua implicação que o território permitido aos judeus no relatório da Comissão Peel para a construção do seu Estado seria depois expandido para incluir o deserto do Negev e a Transjordânia. Assim:

Nós devemos expulsar os árabes e tomar seus lugares... e, se tivermos que usar a força – não para retirar os árabes do Negev e da Transjordânia, mas para garantir nosso direito de ficar nesses lugares –, então teremos que usar a força a nossa disposição.⁵²

Refletindo sobre essa expulsão e a eventual expansão para além do definido nas fronteiras do relatório da Comissão Peel para conquista de toda a Palestina, Ben-Gurion estava claramente contando com um contingente militar sionista. Ele também previu uma guerra na qual os árabes palestinos não seriam deixados para lutar sozinhos. “É muito possível que os árabes dos países vizinhos venham ajudá-los contra nós. Mas nossa força vai exceder a deles. Não apenas porque estaremos melhor organizados e equipados, mas também porque atrás de nós estará uma força ainda maior, superior em qualidade e quantidade...toda a nova geração” de judeus da Europa e da América.⁵³ O que é mais significativo nessa carta é que pela primeira vez a ideia de transferência foi explicitamente ligada nos escritos ou discursos de Ben-Gurion a um eventual – de fato quase inevitável – confronto militar com os árabes palestinos.⁵⁴

É importante notar que para Ben-Gurion, assim como para Weizmann e para Shertok, a evacuação dos árabes palestinos, ou ao menos da maioria deles, para a Transjordânia e outros países vizinhos era pré-requisito essencial para aceitar o plano de partição da Comissão Peel ou qualquer outro plano de partição da Palestina.⁵⁵ Weizmann disse isso de maneira bastante clara, embora com seu tato característico, ao secretário para Colônias, Ormsby-Gore, em julho, quando ele ressaltou que o sucesso do plano de partição dependia de a transferência ser feita; Ben-

-Gurion, de sua parte, deixou claro mais de uma vez que aceitaria o plano de partição da Comissão Peel somente se os judeus recebessem completa soberania em questões de imigração e transferência de árabes.⁵⁶ Dado que os árabes eram quase metade da população dos territórios propostos para o Estado judeu pela Comissão Peel, Ben-Gurion sabia que mesmo com imigração massiva de judeus que a Agência Judaica estava pressionando os britânicos a permitirem, os judeus não conseguiriam acompanhar as taxas de nascimento dos árabes se uma grande parte da população nativa fosse deixada *in situ*. Sem tal “transferência”, portanto, o caráter judaico e a estabilidade do Estado planejado estariam severamente abalados. A ligação entre partição e transferência, então, era crucial, e de fato esse era o centro de intensos debates feitos nos altos escalões das organizações sionistas nos meses seguintes.

O consenso emergente: os debates na Convenção Mundial do Ihud Po'alei Tzion e o Congresso de Zurich, agosto de 1937

A recomendação da Comissão Peel para o Estado judeu, baseada na partição da Palestina, foi importante demais para todo o futuro do sionismo para não ser discutida coletivamente em suas mais altas instâncias. Em agosto de 1937, menos de um mês depois da publicação do relatório, a Convenção Mundial do Ihud Po'alei Tzion – o fórum mais alto do majoritário movimento trabalhista mundial sionista – e o 20º Congresso Sionista foram ambos realizados em Zurique. Os dois eram dominados pelo partido Mapai, o grupo político mais influente no *Yishuv*, cujo líder Ben-Gurion investiu muita energia em fazer *lobby* no alto escalão de ambas organizações.

A primeira questão em pauta era se o movimento deveria concordar ou não com a proposta de partição – se deveria aceitar ou não, mesmo como solução interina, menos que todo Eretz Yisrael para o Estado judeu. Contudo, essa decisão estava intimamente ligada à transferência, sem a qual, como Ben-Gurion havia dito, a partição era inaceitável; os judeus não poderiam aceitar um Estado com um número tão grande de árabes dentro de suas fronteiras. Assim começou a discussão mais abrangente sobre transferência dos árabes já feita.

Na sequência das propostas da Comissão Peel, as opções sionistas em relação ao que Weizmann chamou de solução “fundamental” para o problema “árabe” haviam se reduzido a duas. A primeira era uma abordagem maximalista rejeitando a partição, enquanto defendia a transferência. A segunda era uma abordagem pragmática que aceitava a partição como tática de curto prazo em troca de uma transferência substancial, embora não necessariamente total.

A Convenção Mundial do Ihud Po'alei Tzion ocorreu de 29 de julho a 7 de agosto, sendo assim concomitante com o Congresso Mundial Sionista por vários dias, pois esse começou em 3 de agosto. Os debates eram muito importantes na medida em que apoio expresso pela maioria dos líderes para o conceito de transferência possibilitou o endosso do mesmo princípio pela maioria do Congresso Sionista imediatamente posterior. Em relação à partição, por outro lado, os delegados de ambos os fóruns estavam profundamente divididos.

Os procedimentos da Convenção do Ihud Po'alei Tzion foram posteriormente editados, aparentemente por Ben-Gurion em pessoa, e publicados um ano depois em Tel-Aviv com o título hebraico de *'Al Darchei Mediniyutenu*⁵⁷. Não é nenhuma surpresa que Ben-Gurion – cuja promoção discreta, mas incansável da ideia de transferência, tenha tido um efeito nas comunicações confidenciais da Comissão Peel – tenha encabeçado os esforços na convenção para conseguir aprovação geral do conceito como pré-requisito para a solução da partição que ele tão firmemente apoiou. Na convenção, assim como em outros fóruns, ele justificava a remoção dos árabes política, moral e eticamente como uma continuação natural e lógica da colonização sionista da Palestina. Ben-Gurion e outros delegados se esforçaram para distinguir entre destituição e transferência e entre transferência e expulsão, tentando tanto quanto possível remover as palavras das conotações e associações mais desagradáveis. Em seu discurso em 29 de julho, Ben-Gurion declarou:

Na proposta de transferência dos árabes das áreas [do Estado judeu], se possível voluntária e não por coerção, isso possibilitaria expandir o assentamento judeu... a comissão não sugere a destituição dos árabes; sugere sua transferência e reassentamento em outro país árabe. Parece-me des-

necessário explicar a profunda e fundamental diferença entre destituição e transferência. Até agora, nós também fizemos nosso assentamento por meio de transferência da população de um lugar para outro... apenas em alguns lugares na nossa nova colonização nós não tivemos que transferir os habitantes anteriores... De modo geral, a transferência foi acordada com os agricultores arrendatários, e somente em poucos lugares foi necessária a transferência forçada. Até agora a transferência foi realizada dentro do território do mandato britânico. A diferença básica da proposta da comissão é que a transferência será realizada em uma escala muito maior, do território judeu para o território árabe. Se foi possível transferir os árabes de uma aldeia para outra dentro do território do mandato britânico – é difícil encontrar algum argumento moral ou político contra a transferência desses árabes da área proposta para ser governada pelos judeus... Existe alguma necessidade de explicar o valor de um *Yishuv* judeu contínuo nos vales costeiros de Yizrael [Esdraelon], o Jordão e o Hula?⁵⁸

Eliezer Kaplan, outro líder do partido Mapai e membro do Executivo da Agência Judaica – chefe do Departamento Financeiro e Administrativo e posteriormente ministro das Finanças no gabinete de guerra de Ben-Gurion em 1948 –, da mesma maneira, diminuiu o elemento “forçado” e de fato fez as transferências parecerem um gesto humanitário bondoso, movendo os árabes para o “ambiente do seu próprio povo”. Assim, no debate no dia seguinte, ele disse:

Eu não devo agora entrar em detalhes sobre a questão da “transferência” dos árabes. Mas não é justo comparar essa proposta com a expulsão dos judeus da Alemanha ou qualquer outro país. Aqui a questão não é de expulsão, mas de transferência organizada de um número de árabes de um território que estará no Estado hebreu para outro lugar em um Estado árabe, isto é, para o ambiente do seu próprio povo...⁵⁹

Outros membros da convenção preferiam a ideia de transferência, mas duvidavam da sua viabilidade. Yosef Bankover, um membro fundador e líder do movimento Kibbutz Hameuhad e membro do

Comando Regional da Haganah dos distritos costeiro e central, disse em 30 de julho:

Ben-Gurion disse ontem que ele estava pronto para aceitar a proposta [de partição] da Comissão Real, mas com duas condições: soberania [judaica] e transferência compulsória... – sobre a transferência compulsória, como membro do Kibbutz Ramat Hakovesh [fundado em 1932 na região central da Palestina], eu ficaria muito satisfeito se fosse possível me livrar da vizinhança agradável do povo de Miski, Tirah e Qalqilyah.⁶⁰

Bankover, um oponente da partição, ressaltou que a comissão enfatizou a necessidade de um acordo com os árabes, que nunca sairiam voluntariamente das suas terras férteis na Palestina por terras secas na Transjordânia. Ele questionava se a Comissão Real havia de fato se comprometido com a transferência compulsória ou se “as palavras de Ben-Gurion [seriam] apenas invenções da sua imaginação... Eu procurei e não achei nada sobre nenhum comprometimento por parte da Comissão Real sobre transferência forçada”. No seu ponto de vista, a Inglaterra não forçaria os árabes a saírem, porque isso desencadearia levantes em todo o Oriente árabe. “O exemplo que nos trouxeram sobre transferência de população entre Grécia e Turquia não é comparável. Porque ali eles foram forçados a deixar o país, caso contrário, seriam massacrados.”⁶¹

Os debates na convenção mostraram um aval geral para a justificativa “moral” do conceito de transferência. As diferenças centravam-se na questão da “transferência compulsória”: se tal ação seria praticável na presente conjuntura e se a transferência massiva forçada seria compensação suficiente por aceitar um Estado judeu reduzido proposto pelo plano de partição da Comissão Peel. Alguns dos que se opunham à partição temiam que a transferência de árabes do Estado judeu para locais próximos comprometeria futuras possibilidades de expansão: por essa razão, alguns delegados preferiam uma transferência para locais mais distantes como Síria e Iraque. Berl Katznelson, por exemplo, o líder trabalhista mais importante a se opor à ideia de partição, via isso como um *quid pro quo* inadequado. Em um discurso em 2 de agosto, ele declarou:

A questão da transferência de população provocou um debate entre nós: é permitido ou proibido? Minha consciência está tranquila com respeito a isso. Um vizinho distante é melhor que um inimigo próximo. Eles não perderão por ser transferidos, e nós muito certamente não perdemos pela transferência. Em última análise, essa é uma reforma política e de assentamento para o benefício de ambas as partes. Minha opinião há muito tempo já é que essa é a melhor de todas as soluções, e nos dias de desordem [a revolta árabe de 1936-1939] eu fiquei ainda mais certo de que isso deveria acontecer algum dia. Mas eu nunca imaginei que uma transferência para “fora das terras de Israel” significaria meramente para os arredores de Nablus. Eu sempre acreditei e sempre acreditarei que eles estavam destinados a ser transferidos para a Síria ou Iraque.⁶²

Outro opositor da partição era Aharon Zisling, delegado da Ahdut Ha'avodah, um líder do movimento Kibbutz Hameuhad que mais tarde se tornou ministro da Agricultura no gabinete de 1948 liderado por Ben-Gurion, representando o recém-formado partido Mapam. Seus argumentos mostram mais claramente a relação no pensamento sionista socialista entre o conceito de transferência e a doutrina da separação árabe-judaica. “Eu não discordo do nosso direito moral de propor a transferência populacional. Não existe nenhum problema moral em uma proposta que visa concentrar o desenvolvimento da vida nacional. Ao contrário: em uma nova ordem mundial isso poderia e deveria ser uma visão humana nobre...”⁶³

Mas Zisling apresentou suas reservas em relação à transferência forçada em um futuro imediato, por questões práticas. Na sua visão, dadas as condições regionais, transferência forçada poderia resultar em uma guerra total com os estados árabes vizinhos.

Eles estão conversando aqui [na convenção] sobre evacuação forçada, mas o relatório da comissão explicitou duas vezes a necessidade de um acordo. [Delegados] falam de um acordo coletivo e coerção individual... mas o indivíduo árabe vai se manter nesse país com unhas e dentes... o uso da força será a única opção que nos restará: uma evacuação com “rifles automáticos”... Isso seria de fato uma guerra.⁶⁴

Zisling pensava, no entanto, que a transferência seria possível no futuro. “A possibilidade de troca populacional se tornará mais razoável e realista entre uma Terra de Israel judia unida, em algum momento no futuro, e o Iraque ou outros países árabes, por meio da transferência dos judeus deles para a Terra de Israel.”⁶⁵

A aceitação da transferência moralmente combinada com reservas sobre a viabilidade foi expressa por vários delegados. Golda Meyerson (futuramente Meir), membro do partido Mapai de Ben-Gurion, também líder da central sindical hebraica, Histadrut, estava entre aqueles que se opunham à partição, mas apoiavam a transferência, enquanto duvidavam da viabilidade e exequibilidade: “Eu também gostaria dos árabes fora do país, e minha consciência estaria completamente limpa. Mas existe uma possibilidade” de implementação sem uma permissão árabe e assistência britânica?⁶⁶

Outro líder do Mapai, presidente do Va'ad Leumi, David Remez, que foi por 13 anos secretário-geral da Histadrut, acreditava que a transferência era “sem dúvida uma solução justa”, mas ele “não conseguia ver a força que faria isso”⁶⁷. O mesmo ponto de vista foi expresso por Berl Locker, um dos primeiros teóricos e organizadores do Po'ale Tzion, eleito para o Executivo sionista (1931-1935 e novamente em 1945). Ele disse: “Eu não tenho nenhuma objeção moral. Se for garantida terra adequada para os transferidos árabes, nenhuma injustiça será feita... no entanto, a questão é se é possível retirar e colocar em outro lugar dezenas de milhares de famílias camponesas contra a sua vontade.”⁶⁸ Shlomo Lavi, um proeminente líder de *kibbutz*, observou que “a exigência de que os árabes deveriam sair e evacuar o lugar para nós, porque eles têm espaço suficiente para ir e nós não temos nenhum lugar... é muito justa e moral, mas na situação atual, nós não seríamos capazes de apresentar isso para o mundo político como um pedido sério, e contra nossa vontade nós teremos que aceitar a partição”⁶⁹.

Alguns pareciam não levar em conta as ramificações. Defensor da transferência, Eliahu (Lulu) Hacarmeli, um judeu oriental nascido em Haifa e membro do Comitê Nacional do FNJ, por exemplo, não hesitou em exigir retirada forçada. Ele havia sido secretário particular de Aaron Aaronsohn – um defensor pioneiro da transferência de palestinos para o Iraque que apresentou essa ideia de maneira privada

durante as conversas de paz de Paris em 1919 – e havia se tornado o principal “representante” dos judeus orientais no partido Mapai e no Conselho Nacional do *Yishuv*.

Em relação à transferência – a dolorosa e amedrontadora questão –, primeiro eu digo: “Não sejam tão corretos”; segundo, nós poderíamos ter a seguinte proposta, claro que com o acordo daqueles afetados: nos países árabes vizinhos, Mesopotâmia, Síria, Arábia e Iêmen, existem atualmente 100 mil judeus. Em troca da terra que o árabe emigrado da Terra de Israel venderá, ele poderá comprar terras na Mesopotâmia. E aquele país, que antigamente era de milhões de assírios e babilônios e que floresceu durante o califado de Bagdá, florescerá novamente por concentrar a população árabe... em troca, nossos irmãos distantes a quem eu represento nessa assembleia retornarão para esse país...

Mesmo se nós quisermos analisar essa troca de acordo com qualquer programa socialista, ela se justificará em todos os sentidos... Essa transferência, mesmo que feita por meio de coação – todas as iniciativas morais são implementadas por coação –, nós seremos justificados em todos os sentidos. E se nós negarmos o direito à transferência, nós teremos que negar tudo que fizemos até agora: a transferência de Emek Hefer [Wadi el-Hawarith] para Beit Shean, de Sharon [área costeira] para as montanhas Ephraem etc..

Eles defenderam aqui que a transferência é uma provocação política. Não existe nenhuma provocação nisso. É um programa justo, lógico, moral e humano em todos os sentidos.⁷⁰

Por outro lado, Arye Tartakover, um sociólogo que foi também secretário do Hitahdut – um partido trabalhista sionista que existiu entre 1920 e 1932 –, também apontou o impacto das transferências nos judeus orientais, mas chegou a conclusões opostas. Ele se perguntou:

se atenção havia sido dada à questão da transferência do ponto de vista dos assentamentos judeus em países do Oriente Próximo? Não existe um perigo, caso nós estabeleçamos um princípio de um Estado-nação que

Expulsão dos Palestinos

expulsa suas minorias nacionais, que então eles usem os mesmos princípios contra nós nos países árabes vizinhos à Terra de Israel e que nenhum apoio nos será dado lá? Não é um preço muito alto a se pagar para se livrar de algumas poucas dezenas de milhares de árabes em um Estado hebreu?⁷¹

O 20º Congresso Sionista, que ocorreu de 3 a 21 de agosto de 1937, qual começou antes que os debates na convenção trabalhista estivessem concluídos, representava grupos políticos e partidos sionistas mais amplos, incluindo os sionistas gerais, o movimento mundial Mizrahi e o partido religioso Hapo'el Hamizrahi. As questões a serem discutidas eram transferência e partição, assim como haviam sido na convenção trabalhista. Weizmann e Ben-Gurion lideraram o campo em favor da partição, para o qual a transferência era uma precondição. Weizmann declarou que a transferência era uma das vantagens mais claras da proposta de partição⁷² e apresentou a última versão do plano feito em conjunto com Rutenberg em Londres na primavera anterior. Ben-Gurion, como outros palestrantes trabalhistas, repetiu principalmente os argumentos que havia usado durante a convenção do Ihud Po'alei Tzion alguns dias antes. Novamente enfatizando que a transferência havia sido feita em um esforço de minimizar quaisquer objeções ao conceito que poderiam ser levantadas, ele disse:

Foi a transferência dos árabes ética, necessária e praticável?... transferência de árabes foi repetidamente feita anteriormente em consequência da povoação de judeus em diversos distritos.⁷³

Golda Meyerson também reiterou sua posição exposta na convenção anterior. Assim, de acordo com o relatório taquigráfico do 20º Congresso Sionista, ela “se opôs veementemente à partição. [Contudo] era a favor da transferência, já que os árabes possuíam vastos territórios, nos quais os árabes palestinos poderiam ficar”⁷⁴.

Assim como na convenção do Ihud Po'alei Tzion, reservas à ideia de transferência populacional eram baseadas não no conceito em si, mas nas possibilidades de implementação nas presentes circunstâncias. Um líder do Mapai, Yosef Baratz, disse: “Eu mesmo não acredito que possamos transferir todos os 300 mil árabes... no entanto, presumo que trans-

feriremos parte deles.” Apesar de questionar a medida na qual a transferência poderia ser implementada, não questionava a moralidade dela. Os comentários de Baratz sobre o assunto eram endereçados aos delegados do *kibbutz* Haartzi Shel Hashomer Hatza'ir⁷⁵, que estavam entre os únicos delegados do congresso a denunciarem os planos de remover os árabes como “perigosos” e “antissocialistas”⁷⁶. Baratz declarou:

Não é a evacuação que tem continuado nosso trabalho no país nos últimos 40 a 50 anos? Nós não transferimos os árabes de D'ganya, Keneret, Merhaviya e Mishmar Ha'emek? Eu me lembro das noites nas quais Shmuel Dayan [pai de Moshe Dayan] e eu fomos chamados para Merhavya para ajudar “Hashomer” [organização paramilitar de colonos sionistas formada em 1909]... que estava fazendo uma evacuação [árabe]. Qual foi o pecado nisso?... Eu também sei que mesmo antes da proposta do “Estado hebreu” [a proposta de partição] surgir, um plano já estava sendo feito pela empresa de colonização judaica de transferir árabes das aldeias conhecidas da Galileia para a Transjordânia... Por que essa comoção artificial está sendo criada sobre isso?

Membros do Hashomer Hatza'ir estão dizendo: com a criação de um Estado hebreu estamos criando uma barreira entre nós e os árabes. Essa barreira já não existe e é permanente nesse país? Não estamos construindo estações de trem exclusivas, um serviço de correio exclusivo, um governo exclusivo, um porto marítimo exclusivo, estradas exclusivas e uma economia exclusiva tanto quanto podemos?⁷⁷

É importante ressaltar que os argumentos de Baratz de que a transferência era uma extensão lógica do processo de colonização sionista era recorrente nos debates sionistas. Como fundador do D'ganya, a primeira colônia comunal sionista (*kibbutz*) na Palestina, ele testemunhou essa “transferência” em primeira mão: D'ganya foi estabelecida às margens do Lago Tiberias em 1910 em 3 mil dunums de terra árabe comprada de proprietários ausentes, resultando no desalojamento da aldeia de Umm Juni. O assentamento de Merhavya, do qual ele também falou em seu discurso, resultou no desalojamento da aldeia árabe de al-Fulah, que, de acordo com o censo de 1922, possuía 563 habitantes⁷⁸.

Assim como a maioria dos grupos representados no congresso, os sionistas gerais estavam divididos no que concerne à partição, mas relativamente de acordo quanto à transferência. Naftali Landau, representando a Aliança dos Sionistas Gerais da Galileia Oriental, defendeu uma melhor partição: "Eles precisam estipular que o Estado oferecido precisa ser grande o bastante para acomodar uma massiva imigração nos próximos 15-20 anos. Eles precisam também insistir na transferência dos árabes."⁷⁹ "Sem a transferência não poderemos levar a cabo nosso plano... não podemos abrir mão da transferência. Pelo contrário, é nosso dever exigir isso da Grã-Bretanha e da Liga das Nações."⁸⁰ O rabino B.S. Brickner, dos Sionistas Gerais dos Estados Unidos, também defendeu a retirada e realocação: "A tentativa de transferência populacional envolve, sem dúvida, muitas dificuldades, e é uma questão de grande responsabilidade. Mas, afinal, nós só queremos transferir os árabes de um local para outro dentro do mesmo país de residência para que possamos abrir caminho para nossa colonização sistemática."⁸¹

O rabino Stephen Samuel Wise, presidente da organização sionista da América e conhecido liberal, condenou a proposta de partição, mas leu ao congresso um telegrama de um simpatizante cristão do sionismo, reverendo J.H. Holmes, dizendo que "existe uma analogia entre as populações turcas e gregas e a proposta de transferência dos árabes, para que eles se sintam em casa"⁸².

Membro do Executivo sionista, Dr. Moshe Glickson, o editor liberal do jornal diário *Ha'aretz* e ideólogo do Partido Geral Sionista na Palestina, opôs-se ao plano de partição, principalmente por questões práticas envolvendo a transferência.

Nós todos vemos um defeito no plano de partição proposto no fato que o futuro Estado judeu terá uma grande minoria árabe... Uma neblina pesada resta sobre a questão da transferência; sem dúvida, há entusiasmados entre nós que acreditam que seja possível remover centenas de milhares de árabes do Estado judeu, enquanto ainda estamos tentando nos firmar. Dr. Weizmann, que é mais cauteloso do que muitos dos apoiadores da sua proposta [de transferência], está defendendo aqui que, em sua opinião, seria possível transferir, em 20 anos, 100 mil árabes para o Estado árabe,

isto é, 5 mil por ano. Desde as possibilidades dos assentamentos judaicos, certamente isso também é uma questão importante. Mas, entre a população de judeus e árabes, esse montante não tem valor. Cinco mil por ano é uma parte muito pequena do crescimento natural da população árabe. Porém, ainda há aqueles que acreditam na possibilidade de uma transferência completa e em massa a ser feita em um curto espaço de tempo – e isso é uma ilusão... Além disso, a evidência das trocas entre Grécia e Turquia não se aplica... desde o início não houve nenhum tipo de acordo ou troca, a Turquia vitoriosa simplesmente forçou um grande número de gregos para fora da Anatólia, e somente depois disso ter sido feito veio o acordo: um acordo imposto à Grécia derrotada. Dr. Weizmann nos contou de um plano para criar um fundo para um amplo reassentamento [de árabes]. Os judeus contribuirão com 1 milhão de libras palestinas para esse fundo e dois milhões de libras palestinas virão das reservas do Tesouro do mandato – novamente de dinheiro judeu. Parece-me que, no fim das contas, acharemos muitos que se interessarão pelo dinheiro do reassentamento, mas não muitos fellahin árabes que estarão dispostos a sair do Estado judeu.⁸³

O custo financeiro de realocação dos árabes, somado a outras questões ainda obscuras relativas à partição, foi levantado pelo professor Selig Brodetsky, membro do Executivo sionista e presidente da Federação Sionista da Grã-Bretanha e Irlanda⁸⁴. Suas visões estavam de acordo com o sentimento geral do congresso: recusar a proposta de partição sem negar a proposta de transferência em termos morais e, ao mesmo tempo, negociar com os britânicos mais clareza em questões relacionadas com a criação de um Estado judeu na Palestina.

A relação entre partição e transferência na dinâmica do congresso teve uma virada interessante na posição tomada por Menahem Ussishkin, presidente do 20º Congresso Sionista, presidente permanente do Comitê de Ações Sionistas da Organização Mundial Sionista e presidente do Fundo Nacional Judeu – de vital importância. Ussishkin se opunha veementemente à partição, enxergando-a como redução do direito inato do povo judeu a toda a Palestina. Ao mesmo tempo, ele sempre havia sido um defensor aberto e apaixonado da remoção dos árabes da Palestina, não apenas para a Transjordânia, mas para o dis-

tante Iraque. Ele não via necessidade de justificar a transferência de árabes relacionando-a com a partição e com as vantagens estratégicas que tal oferecia, como Ben-Gurion fez algumas vezes. Ele defendia a remoção em si. Em um discurso na Conferência do Partido Geral Sionista realizada em Tel-Aviv em 1937, por exemplo, defendeu:

Houve um tempo em que a propriedade privada era sagrada. Os donos de enormes fazendas com centenas de milhares de hectares não tinham medo nenhum de que suas posses fossem diminuídas para dar terras aos camponeses completamente sem terra. Os tempos mudaram, no entanto. Em todas as partes do mundo, um processo de loteamento de propriedades enormes, deixando-as disponíveis para camponeses sem terra está ocorrendo. O mesmo princípio se aplica não apenas a indivíduos, mas a nações como um todo. O povo árabe tem imensas áreas de terra a sua disposição; nosso povo não tem nada além da terra para sua cova. Nós exigimos que nossa herança, a Palestina, seja devolvida a nós, e se não houver lugar para os árabes, eles têm a oportunidade de ir para o Iraque. Esse deveria ser, em minha opinião, nosso argumento; afinal todos esses testemunhos de peritos não vão nos levar a lugar algum.⁸⁵

No 20º Congresso Sionista, no entanto, ele se aproveitou das dificuldades de implementar a transferência para argumentar contra a partição. Enquanto sua verdadeira objeção à partição era sua insistência de que o Estado judeu deveria ocupar nada menos do que toda a Palestina e a Transjordânia, ele preferia nesse debate capitalizar as dificuldades práticas da transferência, especialmente dado que o campo de Weizmann-Ben-Gurion insistia que a transferência era condição *sine qua non* para a partição.

Quando eu ouço o discurso do líder principal do nosso movimento... Dr. Weizmann, sobre a transferência de 300 mil árabes do Estado judeu,... Eu digo a mim mesmo: Ó Deus do céu, quão extensa é essa psicose [partição/transferência] que tomou conta dos nossos melhores homens!... Por que deveria agora Muhammad subitamente sair do nosso país? Primeiramente,

existe alguma esperança de que esses árabes que vivem em nosso país concordarão em nos dar voluntariamente esses milhões de dunums?⁸⁶

Ao final, o 20º Congresso Sionista adotou por ampla maioria uma resolução similar à recomendada pela Convenção Mundial do Ihud Po'alei Tzion; enquanto declara a partição inaceitável, dá poderes aos executivos sionista e da Agência Judaica negociarem com o governo britânico para que esclareça termos específicos na sua proposta de criação de um Estado judeu na Palestina⁸⁷. Por uma coalizão multipartidária de delegados – incluindo Katznelson, Tabenkin, Ussishkin e rabino Meir (Bar Ilan) Berlin (líder do movimento mundial Mizrahi, membro da direção do Fundo Nacional Judeu e do Conselho Nacional do *Yishuv*) –, mesmo a remoção de 300 mil árabes do proposto Estado judeu não era compensação suficiente para aceitar a redução nas fronteiras como proposto pelo relatório da Comissão Peel. Rabino Meir Berlin resumiu isso: “A base do sionismo é que a Terra de Israel é nossa e não dos árabes, e não é porque eles têm muita terra e nós pouca. Nós exigimos a Palestina porque é nosso país.”⁸⁸

Apesar da ligação entre transferência e partição enfatizada por Ben-Gurion e Weizmann, a rejeição da partição não deveria de maneira nenhuma ser entendida como uma rejeição da transferência: ao contrário, os debates em ambas as convenções mostram que os líderes sionistas apoiavam a ideia em princípio, com reservas em relação aos problemas de implementação em vista do entendimento bem fundamentado de que os árabes não sairiam por sua conta. Ademais, a rejeição do plano de partição de nenhuma maneira diminuiu a determinação dos aliados de Ben-Gurion, que ocupavam uma posição central na Agência Judaica e no *Yishuv*, de continuarem trabalhando para a remoção da população nativa da terra que eles planejavam transformar em Estado.

O Plano Soskin para transferência compulsória, 1937

Um dos que participou do 20º Congresso Sionista foi o Dr. Selig Eugen Soskin, que havia anteriormente ocupado uma posição de poder como diretor do Departamento de Assentamento de Terras do FNJ e que

era filiado ao partido revisionista. Um apoiador do plano de partição⁸⁹, ele se inspirou nas discussões no congresso para rascunhar um memorando com um plano detalhado de transferência da população árabe.

O memorando, escrito em inglês e intitulado “Aos membros da Comissão Política do 20º Congresso Sionista”⁹⁰, começa descrevendo as bases da proposta. Antes de sair de Zurique em 10 de agosto, Soskin teve, nas suas palavras, “o privilégio de discutir com o Dr. H. Weizmann a questão do Estado judeu, chamada de ‘partição’ da Palestina. Eu especialmente enfatizei a necessidade de ‘troca de terras e população’ proposta pela Comissão Peel e considerada por eles mesmos como a mais importante e difícil de todas as questões relativas à partição”. Soskin então explica que “a ‘troca de terras’ sugerida não é uma troca, mas uma oportunidade de criar uma reserva de terras ou um fundo de terra que é uma condição *sine qua non* para a criação do Estado judeu”. Reiterando a posição de Ben-Gurion, Soskin afirmou que a transferência dos árabes “deveria ser compulsória não apenas nas planícies, como insta a Comissão Peel, mas também nas partes altas onde a maior parte da população árabe mora”⁹¹.

Tendo trabalhado como agrônomo da Companhia de Desenvolvimento de Terras Palestina juntamente com Aaron Aaronsohn, Soskin estava há muito preocupado com questões territoriais. Como diretor do Departamento de Assentamento de Terras do FNI, Soskin viajou muito para analisar as condições necessárias para assentar grande número de pessoas em áreas limitadas. Ele defendia o uso de métodos de agricultura intensiva, enfatizando a importância particular da hidroponia em vista do limitado potencial agrícola do *Yishuv*. Ele foi fundamental para fundar Nahariyah, que naquele momento era uma colônia de pequenas fazendas de agricultura intensiva ao norte de Acre.

Soskin escreveu em seu memorando que a remoção dos árabes da terra – o que ele considerava condição indispensável para a criação de um Estado judeu – deveria ser acompanhada da criação de um Fundo de Terras. Isso “possibilitaria o assentamento em massa de judeus na terra nacional, que é a principal tarefa do novo Estado. Comprar terra no mercado é um processo muito lento e caro que é impensável para o novo Estado”⁹². Sendo assim,

Eu então insisto na transferência compulsória de toda a população rural árabe [ênfase adicionada] do Estado judeu para o Estado árabe. É um passo que antecede a criação do Estado judeu. Nesse momento, as autoridades, analisando essa questão, entenderão a necessidade dessa diligência...

No nosso caso, a população rural terá que ser formada por imigrantes [judeus]. Os nativos precisam liberar as terras, assim como no caso dos turcos e gregos na Macedônia e na Ásia Menor...

A troca de terras e população, ou melhor, a transferência da população rural árabe, precisa ser feita com maior rapidez possível. Isso é um ato revolucionário que precisa ser terminado no menor tempo possível. A transferência dos árabes nessa quantidade por um longo período não terá o efeito desejado de liberar o país de um fardo pesado de cidadãos de segunda classe e produtores baratos. Além disso, os baixos números sugeridos [pela Comissão Peel] serão superados pelo crescimento natural deles, proporcionado pelo desenvolvimento econômico promovido pelo governo judeu.

O [re]assentamento da população rural árabe precisa ser apresentado como um grandioso trabalho humanitário. Arrendatários serão liberados da exploração dos *effendis*, pequenos proprietários receberão terra dividida em lotes independentes.⁹³

Assim como Ben-Gurion, Soskin acreditava que a remoção massiva dos árabes resolveria o problema do “trabalho hebraico” eliminando o “trabalho árabe” barato (*Avodah Aravit*) no setor econômico judaico; isso também eliminaria a produção e mercados agrícolas árabes baratos que competiriam com aqueles do *Yishuv*. Seu plano enfatizava que a terra expropriada dos árabes a um preço fixo dos grandes proprietários de terra e também dos *fellahin* constituiria uma reserva de terras ou um fundo de terras para as colônias judaicas. Os arrendatários seriam transferidos para novas terras no Estado árabe⁹⁴.

Ademais, de acordo com o plano, uma “Comissão para Assentamento dos Árabes” especial com representantes árabes e judeus seria nomeada. “Membros da comissão irão à Transjordânia com o objetivo de selecionar vastas áreas para a colonização de árabes, enquanto outros membros farão – com ajuda da presente administração – uma

pesquisa do número de pessoas a serem transferidas e de áreas que ficarão disponíveis para a colonização judaica.” Grandes aldeias árabes seriam construídas na Transjordânia. “O trabalho preparatório será feito na nova terra [na Transjordânia] por agrônomos e engenheiros judeus e por trabalho misto – judaico e árabe, estes últimos das aldeias que serão transferidas. Tratoristas judeus irão arar o solo, engenheiros judeus planejarão as novas vilas, construirão poços, estradas e casas etc., usando para isso trabalho árabe.”⁹⁵

Soskin estimava que 40 mil famílias árabes ou 250 mil pessoas vivendo na terra do Estado judeu proposto seriam transferidas.

Se consideramos 50 dunums de terra como o tamanho médio de uma propriedade de uma família árabe, nós chegaremos ao total de 2 milhões de dunums sendo usados atualmente pela população árabe em um futuro Estado judeu; 1,250 milhão está em posse judaica e aproximadamente a mesma área tida hoje como não cultivada, restando outros 500 mil dunums sob cidades e como terras desoladas etc.. Fica claro por esses números quão importante é conseguir terras para assentar os judeus por dois caminhos, transferência de árabes e recuperação de terras ainda não cultivadas.⁹⁶

O custo dessa operação de transferência foi estimado aproximadamente em 200 libras palestinas por família árabe; “essa quantia sendo usada para compra de terra do emir Abdullah e de *sheikhs* [sic] das tribos beduínas [sic] na Transjordânia. Abdullah se tornando um milionário em libras esterlinas, o que o tornará o mais poderoso entre os reis árabes. A terra deverá custar duas libras por dunam, cada família recebendo entre 50 e 100 dunums e Abdullah, a soma entre 3 e 4 milhões de libras esterlinas”. O restante deve ser usado para construir casas e estradas e perfurar poços etc.. O custo total do plano foi estimado em cerca de 10 milhões de libras palestinas, sendo 40% para pagar Abdullah, 10% “para compra compulsória de terras de *effendis*” e outros 10% para despesas gerais da operação, sendo o restante para assentar os transferidos. O Estado judeu compraria 2 milhões de dunums de terras árabes privadas, que “custarão aproximadamente 5 libras por dunam, o que é uma bagatela”, comparado com os preços de

mercado. "Terra em Nahariah [sic] custa atualmente cerca de 17 a 20 libras por dunam". O custo da transferência deverá ser coberto tanto pelo governo britânico quanto pelo Estado judeu, e "uma parte substancial desse dinheiro será gasta com trabalho judaico no projeto de colonização para os árabes, em que milhares de engenheiros, arquitetos e trabalhadores judeus serão pagos".

O projeto de transferência de Soskin concluía com o seguinte:

A partir do apresentado e sugerido anteriormente, está claro que o Estado judeu é impensável sem a transferência compulsória dos árabes para o Estado árabe no menor tempo possível, as maiores vantagens sendo:

- formação de um fundo de terras para colonização judaica;
- exclusão ou ao menos controle da especulação fundiária;
- criação de garantias para contratação de empréstimos;
- por último, mas não menos importante, possibilidades econômicas e sociais para a ampla população rural judaica, a qual, de outra maneira, minuará até ser um experimento artificial de tamanho limitado, os judeus sendo a maioria da população urbana e os árabes controlando as terras.⁹⁷

Soskin reorganizou suas ideias em memorando intitulado "Troca de terras e população", apresentado a Moshe Shertok depois que este se envolveu no Comitê para Transferência Populacional formado no ímpeto do 20º Congresso Sionista. Ele também incorporou o cerne do memorando em propostas práticas para a implementação da transferência apresentadas em maio de 1938 para a Comissão Técnica Woodhead, que o governo britânico enviou para a Palestina para dar continuidade à Comissão Peel.⁹⁸

III

A Agência Judaica e transferência no despertar da Comissão Peel

Enquanto o 20º Congresso Sionista rejeitara o plano de partilha da Comissão Peel, deixou a porta aberta para discussões posteriores sobre o tema, dando poderes ao Executivo Sionista para negociar os termos precisos da proposta de formação do Estado judeu. A Agência Judaica se antecipou aos acordos futuros, constituindo diversos comitês consultivos para os vários assuntos relacionados às recomendações da Comissão Peel. Dentre os quais, o Comitê de Transferência Populacional, indicado em novembro de 1937.

Como explicado por Moshe Shertok ao Executivo da Agência Judaica, cujo Departamento Político ele próprio liderava, o Comitê de Transferência foi estabelecido de acordo com as resoluções de agosto do 20º Congresso Sionista, para acompanhar o plano Peel¹. Foi Shertok quem nomeou os membros do comitê, o qual incluía uma lista impressionante de líderes proeminentes do *Yishuv*, assim como executivos de compra de terras e assentamento. A presidência foi confiada a Ya'acov Thon, diretor de gestão da Companhia de Desenvolvimento de Terras

Palestina desde 1921 e agente instrumental para a aquisição de territórios do Vale de Jezreel. Eliahu Epstein (mais tarde Elat), chefe da Divisão de Oriente Médio e Próximo da Agência Judaica, foi indicado secretário do comitê². Outros membros incluíam o especialista em Direito Bernard Joseph (Dov Yosef), alto oficial do Departamento Político da Agência Judaica (mais tarde, ministro de gabinete de Israel); Fritz Simon, do Departamento Político da Agência Judaica; Alfred Bonn e, do Instituto de Pesquisas Econ micas da Agência Judaica; ‘Aminadav Eshbal, diretor da repartição de Jerusalém da Companhia de Desenvolvimento de Terras Palestina; Yosef Weitz, diretor do Departamento de Terras do Fundo Nacional Judeu (setor absolutamente fundamental); e Yosef Nahmani, colega de Weitz e diretor de compra de terras para o Fundo Nacional Judeu (FNJ) no distrito da Galileia³.

No decorrer de 1938, inúmeros líderes do alto escalão do *Yishuv* integraram subcomit s do Comitê de Transferência: o próprio Shertok, Eliezer Kaplan, Arthur Ruppin e Avraham Granovsky (Granot), por muitos anos diretor de gestão e depois presidente do Fundo Nacional Judeu. Tr s dos executivos seniores do *Yishuv* membros dos subcomit s eram David Stern, da Estac o Volcani para Pesquisa Agrícola em Rehovot, ‘Ovet Ben-‘Ami, delegado da Federa o de Agricultores Judeus do *Yishuv*, e Zalman Lifschitz, membro do Executivo do FNJ⁴.

O Plano de Transferência Weitz, dezembro de 1937

A primeira reunião do Comitê de Transferência ocorreu em 15 de novembro de 1937. Entretanto, o exercício de suas atividades se iniciou de fato apenas na segunda sessão, em 21 de novembro, sediada no chamado “Salão Weizmann”, do escritório da Agência Judaica em Jerusalém, com a presença de Thon, Eshbal, Weitz, Epstein, Simon, Bonn e e o Dr. Kurt Mendelson, da Holanda, como um “especialista teórico na questão de transferência populacional de um país a outro, em particular, da Turquia   Grécia”⁵.

Weitz abriu o encontro com uma apresenta o de 30 minutos na qual delineou seu plano para a transferência da popula o  rabe. Explicou que se baseava em dois pressupostos principais. O primeiro:

a transferência da população árabe da área judaica não serve apenas ao objetivo único de diminuir sua estatística demográfica. Serve também a outro objetivo, não menos importante: evacuar a terra atualmente mantida e cultivada pelos árabes; então, concedê-la aos habitantes judeus.⁶

Por essa razão, Weitz (tal como Soskin e a maioria das personalidades do *Yishuv* envolvida nos problemas práticos da colonização) acreditava que no primeiro estágio da transferência deveria se remover a população rural palestina, precedendo a evacuação da população árabe urbana, “mesmo que a transferência de camponeses fosse mais difícil que a de cidadãos”⁷.

O segundo pressuposto no qual Weitz baseou seu plano era que “a transferência não poderia ser executada por meio da força, pois esta força não existe”. Weitz chegou à conclusão óbvia do aparente recuo britânico da cláusula de “transferência compulsória”, articulada por Ormsby-Gore, secretário das Colônias para a Comissão de Mandato da Liga das Nações.

O recuo britânico aconteceu um mês depois da publicação do relatório da Comissão Peel. Todavia, a transferência poderia ser implementada caso certas condições fossem criadas; estes requisitos incluíam acordos políticos e internacionais entre as partes interessadas e incentivos econômicos para os árabes transferidos.

O esquema de Weitz dispunha atenção particular a “três categorias” contidas na população árabe rural, a ser evacuada logo no primeiro estágio:

1. Agricultores em terras arrendadas⁸;
2. Aldeões sem terra, trabalhadores da produção agrícola ou de outros setores econômicos;
3. Agricultores cuja propriedade de terra somava menos de três *dunums per capita*.

Weitz calculou que havia 87.300 árabes compreendidos nessas categorias no território proposto para o Estado judeu:

1. Dezoito mil dos distritos litorâneos, inclusive Jaffa, Ramle, Tulkarrem e Gaza, com plano de evacuação para o distrito de Gaza, Estado árabe;
2. Treze mil da região de Hula e das colinas da Alta Galileia, a serem removidos para a Síria;
3. Cinquenta e três mil de outras partes da Galileia e distritos de Acre, Tiberias, Nazaré, Haifa e Safad, enviados às áreas montanhosas da Transjordânia nos distritos de Ajlun e Balka;
4. Três mil e quinhentos do Vale do Beisan, a serem realocados para o lado transjordaniano do Vale do Jordão.⁹

No total, Weitz projetou a necessidade de obtenção de 1.150.000 dunums (a maior parte na Transjordânia) para reassentar esses transferidos. O reassentamento deveria ser executado “de acordo com protocolos coordenados e com pouco dinheiro”. “Se considerarmos tal operação como remissão da terra, logo cada dunum [obtido na Palestina] nos custará em média P£ 12.”¹⁰ Conforme o plano, a população árabe seria diminuída em 87 mil pessoas; ainda além, “com pouco esforço este número poderia crescer devido à transferência de 10 a 15 mil beduínos que vivem da pecuária, o que implica a redução da população árabe em um terço do total e o aumento da propriedade de terra obtida por judeus em 680 mil dunums, dos quais 180 mil comportarão terras irrigadas”¹¹.

Weitz explicou que seu trabalho continha apenas um plano de transferência parcial para esse estágio, a fim de alcançar o máximo benefício prático do esquema, com o “objetivo de reduzir a população [árabe] em um terço no período de dois a três anos”.¹² O chefe do comitê, Ya'acov Thon, concordou que Weitz foi pragmático e sábio em manter os membros do comitê no esquema; o plano poderia servir de ponto de partida para os esforços futuros do próprio comitê. Ademais, na perspectiva de Ya'acov Thon, o debate teórico sobre as possibilidades de transferência parcial ou completa, assim como o número proposto de residentes transferidos, era menos importante nesse momento do que o método pragmático “correto” para abordar a questão. Não obstante, preferiu que as estatísticas de Weitz fossem examinadas, pois não correspondiam aos dados de sua própria entidade, a

Companhia de Desenvolvimento de Terras Palestina. De acordo com esses números, 20% da população árabe no território proposto para o Estado judeu era formada por arrendatários, contrapondo as estimativas de Weitz, em torno de 40%. Todos os dados disponíveis das instituições sionistas deveriam ser coletados e comparados, a fim de determinar os fundamentos de operação e conclusões do comitê¹³.

Bonné, indicado pelo comitê à pesquisa dos aspectos econômicos e processuais da operação de transferência, declarou que “em sua opinião, todos os árabes devem ser removidos em dez anos”¹⁴. Conforme os protocolos do comitê, “partiu do pressuposto de que era bastante conveniente executar o máximo possível da transferência da população árabe; não se satisfazia com o princípio de solução parcial”¹⁵. Quanto aos procedimentos, Bonné desejava esclarecer o problema da transferência “compulsória”, a despeito de a decisão final estar nas mãos do Executivo da Agência Judaica. Prosseguiu:

Os argumentos a favor e contra a coerção devem ser enunciados detalhadamente. É fundamental não desistir facilmente da proposta de “transferência compulsória”, sugerida não pelos judeus, mas pelos ingleses. É evidente, porém, que não falamos de “transferência compulsória” no sentido pleno da palavra. Estamos interessados na cooperação tanto quanto possível auxiliada pelo exercício da pressão.¹⁶

Bonné sugeriu a sincronia entre os procedimentos de transferência e a introdução de uma nova legislatura agrária pelo Estado judeu. Outra importante questão processual era como determinar o ritmo de transferência, os números de residentes transferidos e quais regiões seriam evacuadas inicialmente. Na opinião de Bonné, os métodos e recursos aplicados poderiam divergir conforme o tempo de execução da operação de transferência, a durar cinco anos ou menos. Bernard Joseph concordou com Bonné quanto à exiguidade da transferência parcial; apesar da justificativa de Weitz a favor de discriminar as diversas categorias da população árabe, “não é o suficiente lidar apenas com a questão dos arrendatários, tampouco com a questão dos beduínos. Um plano de transferência deve ser executado levando em conta todo o resto das categorias da população árabe”¹⁷. O próprio relato de Weitz sobre a reu-

nião revela que tanto Bonné quanto Joseph desejavam utilizar a força para alcançar a evacuação absoluta de toda a população árabe¹⁸.

Eshbal sugeriu que os estudos da estrutura social da população árabe-palestina realizados por Eric Mills para o Censo da Palestina de 1931, feito pela Grã-Bretanha, poderiam ser um material importante para o comitê¹⁹.

Ao dividir a população árabe em categorias convenientes, devemos ser capazes de saber quem deve ir antes e quem deve ir depois naquilo que almejamos com os processos de transferência... Junto dos agricultores, é essencial transferir também seus dependentes diretos ou indiretos. A região de Acre é uma das mais difíceis de todas, do ponto de vista da transferência demográfica, devido ao predomínio da categoria árabe de pequenos proprietários de terra.

Eshbal também propôs coletar material sobre os camponeses e o tamanho de suas propriedades²⁰.

Shertok observou de perto os trabalhos do Comitê de Transferência e expressou seus comentários sobre o plano Weitz ao Dr. Bernard Joseph, em carta datada de 13 de dezembro de 1937. Encontrou duas "falhas" maiores no esquema. A primeira referia-se à prioridade do primeiro estágio, remover pequenos proprietários de terra e camponeses sem-terra das aldeias árabes. Segundo Shertok, isso seria contraproducente: camponeses constituíam parte integral da aldeia e executavam funções econômicas essenciais; sua remoção, portanto, criaria um vácuo imediatamente preenchido por árabes pobres das imediações rurais, de forma a criar um ciclo vicioso. Ademais, conforme o argumento, as propriedades de terra dessas categorias estariam dispersas em áreas pequenas, o que tornaria mais difícil a concentração de blocos viáveis²¹. Deixado em aberto por Shertok, mas enunciado por outros membros do comitê em reuniões posteriores, também durante as deliberações do Executivo da Agência Judaica, em junho de 1938, estava a óbvia solução: efetuar a remoção dos árabes da aldeia inteira.

Ben-Gurion e Weizmann também se mantinham informados sobre as discussões e planos do comitê. Em 3 de abril de 1938, Yosef Weitz registrou em seu diário que Avraham Hartzfeld, proeminente traba-

lhista e líder de assentamento, membro do Comitê de Ações Sionistas desde 1921, relatou a ele uma alusão de Ben-Gurion logo após retornar de Londres. Ben-Gurion contou ter discutido com Weizmann um plano de transferência árabe do norte da Palestina para a Transjordânia e que “Weizmann atribui grande importância a isso”²².

No ínterim das sessões gerais do Comitê de Transferência, o trabalho procedia com dois subcomitês de transferência, estabelecidos ao final da reunião de 21 de novembro. O primeiro, para lidar com questões de procedimento e finanças, composto por Thon, Bonné, Mendelson e Granovsky (escritor de diversos livros sobre o problema e a tributação das terras na Palestina). O segundo, responsável por coletar materiais sobre a população árabe e propriedade de terras, composto por Weitz, Nahmani, Eshbal e Epstein.

Nas conversas do subcomitê de procedimento e finanças, o Dr. Mendelson agregou sua voz ao coro para enfatizar a necessidade de um governo no Estado judeu, de modo a aplicar medidas legais e administrativas, como legislação agrária, e acelerar a evacuação árabe²³. Thon reiterou a necessidade de transferências do campesinato árabe a fim de propiciar a absorção de um enorme número de novos imigrantes pelo Estado judeu²⁴. Um encontro do subcomitê de população árabe e propriedade de terras, de 5 de dezembro de 1937, discutiu a possibilidade de despachar alguns de seus integrantes ao distrito de al-Jazirah, no noroeste da Síria, como parte de sua investigação sobre o destino e reassentamento das transferências árabes propostas²⁵.

No início de 1938, o Comitê de Transferência Populacional requisiu às autoridades do mandato britânico permissão para copiar todo o material existente no seu registro de terras e de tributos relacionado à situação dos agricultores e proprietários árabes na Palestina²⁶. Thon, chefe do comitê, recebeu a autorização, e a Companhia de Desenvolvimento de Terras Palestina não hesitou em iniciar a coleta de materiais. Esse trabalho, tarefa monumental envolvendo “copiar o registro de 400 mil unidades [de terra] em 400 aldeias”, esperava utilizar uma equipe de 20 pessoas por três meses. O custo foi estimado por Thon em P£ 500, das quais o Departamento Político da Agência Judaica dispunha-se a contribuir com a soma de P£ 200; foi sugerida a contribuição de P£ 150 cada do Fundo Nacional Judeu e da Companhia de Desenvol-

vimento de Terras Palestina. Fritz Simon, do Comitê de Transferência, justificou as despesas a Avraham Granovsky, diretor de gestão do FNJ, em carta de 23 de fevereiro de 1938, da seguinte forma:

O valor do material recebido por esses meios não é importante apenas em relação às questões que surgirão após a chegada da Comissão Técnica da Inglaterra. Não obstante, constituirá a base de nossas políticas agrárias no futuro. Estou certo de que a soma investida pelos senhores nesse projeto é pequena em proporção ao benefício que o FNJ obterá com esse importante material.²⁷

Aparentemente em resposta à pesquisa de materiais pelo comitê, a Estação para Pesquisa Agrícola em Rehovot submeteu ao Executivo da Agência Judaica um memorando detalhado, de 3 de junho de 1938, sobre a propriedade de terras e a população árabe residente no território do Estado judeu proposto pela Comissão Peel. O relatório era assinado por três membros do Comitê de Transferência: Weitz, Volcani e David Stern²⁸.

Enquanto isso, em repercussão ao documento da Comissão Peel, o governo britânico decidiu, em janeiro de 1938, enviar uma nova comissão técnica chefiada por Sir John Woodhead, com o objetivo de analisar os aspectos práticos de implementação das propostas contidas. Conforme os termos referenciais dessa delegação, cuja chegada na Palestina ocorreu em abril, tornou-se claro que o governo britânico então vacilava quanto às recomendações da Comissão Peel, sobretudo em relação à transferência compulsória. Desse modo, o diário oficial do gabinete britânico, publicado em janeiro, acompanhado de instruções para a Comissão Woodhead, pressentiu a necessidade

de esclarecer que o governo de Sua Majestade não está de modo algum comprometido com esse plano [Peel] e em particular não aceitou a recomendação da comissão para transferência compulsória dos árabes, no último recurso, das localidades judaicas para as regiões árabes...²⁹

Em objeção a esse contexto, o Comitê de Transferência do *Yishuv* decidiu se reunir outra vez, em 27 de maio, um mês após a chegada da Comissão Woodhead na Palestina. Devido à seriedade da situação, o próprio Shertok assumiu a liderança, e o encontro teve a presença de Eliezer Kaplan, Arthur Ruppin, Avraham Granovsky, Yosef Weitz, Alfred Bonn e, Zalman Lifschitz (do FNJ), David Stern (da Estação Volcani para Pesquisa Agrícola em Rehovot) e Fritz Simon³⁰. Shertok elucidou que a Comissão Woodhead havia sugerido cinco memorandos, inclusive um sobre o problema da transferência, e que a Agência Judaica já possuía um memorando sobre a transferência para a Transjordânia, “preparado por um *expert*”. No entanto, “temos de apresentar   comissão horizontes mais amplos” e direcionar a transferência também   Séria e ao Iraque. Granovsky observou que o “como e onde” da transferência populacional deveria ser citado, incluindo a questão da coer o, removida da pauta pelo governo britânico. No seu ponto de vista, o destino da popula o transferida, a questão do onde, “  um problema financeiro e de assentamento... podemos acrescentar mais material àquilo que já temos; porém, de forma alguma devemos nos confinar   Transjordânia; temos de falar da Síria e mesmo do Iraque”³¹.

Ruppin, por outro lado, pensou que enquanto o material coletado sobre a transferência para a Transjordânia “satisfizer, mais ou menos, os requisitos científicos, o resto do material relativo   Síria, Jazirah e Iraque estará nos limites da conjectura”. Em resposta, Bonn e anunciou que “o material em nossas mãos sobre a S ria e o Iraque não é menos valioso que o material utilizado pelos governos da Síria e do Iraque quando estes efetuaram seus próprios projetos de assentamento para os beduínos... Em minha opinião, podemos us -lo sem hesitar”³². Kaplan concordou, afirmando que a questão de “onde” precede “como”. Propôs que Zalman Lifschitz trabalhasse no material coletado referente à transferência para a Transjordânia e a Síria. Quanto   questão de “como”, pensou ser importante levar em considera o a “questão da reforma agrária, sugerida por nós como um dos fatores de estímulo   transferência voluntária dos  rabes”³³.

Dado que a Grã-Bretanha havia se distanciado oficialmente da cláusula de transferência “compulsória” do relatório da Comissão Peel,

os membros do Comitê de Transferência buscaram formular medidas legislativas e administrativas a fim de alcançar uma evacuação árabe de fato sem pleitear abertamente pela remoção forçada. A necessidade de maiores planejamentos e de abordagens mais sutis demandou outra vez uma divisão de trabalho entre os membros do comitê. A Bonné e Lifschitz foi delegado avançar na exploração da questão de “onde” (destino de transferência), enquanto Kaplan e Simon ficaram responsáveis pela questão de como executá-la³⁴.

Apesar do recuo do governo britânico sobre a transferência compulsória, os membros do comitê insistiram na crença de que uma evacuação em massa da população árabe não poderia ser alcançada sem combinar forte pressão com persuasão financeira substancial. Granovsky, por exemplo, considerava somente a evacuação compulsória e acreditava “na possibilidade de transferir todos os árabes ao Estado árabe e comprar toda a propriedade de terra pertencente a eles, um total de aproximadamente 3 milhões de dunums. Caso seja pressuposto o preço médio em P£ 8-9 por dunum, então precisamos de P£ 25-30 milhões”³⁵.

O esquema Bonné, julho de 1938

As discussões do Comitê de Transferência em torno da proposta de Weitz incentivaram um de seus membros a formular um novo plano, na tentativa de lidar com alguns dos problemas e comentários levantados, em particular no que se refere às implicações financeiras da transferência. Bonné, do Instituto de Pesquisa Econômica da Agência Judaica, especialista proeminente quanto aos aspectos de logística e finanças da transferência árabe, defendeu a evacuação completa e forçada. Seu plano estava contido num memorando confidencial esboçado em inglês e enviado a Ben-Gurion, em 27 de julho de 1938, sob o título “*Transfer of the Arab Population*” [Transferência da População Árabe]³⁶. O documento (cujo fundamento pode ter se adiantado à Comissão Woodhead) referia-se a “questões de princípio envolvidas no problema (compulsória ou não, escala da participação estatal no esquema, reforma agrária etc.)”; porém, não propunha debater qualquer desses aspectos.

O memorando mencionava a autoridades mandatárias sobre a população árabe em 1936, no Estado judeu proposto, conforme segue:

Área urbana — 77.497 — 26,34%

Área rural — 217.334 — 73,66%

Total — 294.831 — 100%

Ao estimar o crescimento rural e considerar a “área Peel expandida”, o relatório chegou à cifra de 251 mil almas apenas para a população rural, ao final de 1937. Eram classificados da seguinte forma:

Proprietários e camponeses — 64% — 160 mil

Trabalhadores agrícolas — 16% — 40 mil

Outros — 20% — 50 mil

Total — 100% — 250 mil

De acordo com o esquema de Bonn , “os verdadeiros detalhes da transferência... dependem das condi es da propriedade de terras, diferenças de qualidade do solo e sua aplica o para formas de cultivo”. Bonn  estimou que “a classe campesina mais fácil de lidar provavelmente será a categoria dos agricultores proprietários de terra em escala considerável”, pois o preço da venda proveria capital suficiente para estabelecer uma nova propriedade rural.

Num plano cujo objetivo é transferir de fato os agricultores  rabes... É evidente que, no evento da transferência populacional, trabalhadores, artesões, professores, pastores de rebanho etc. busquem obter – mesmo nos casos em que possuem alguns dunums – meios de vida similares, no antigo vilarejo, sem a necessidade de provê-los com novas terras ou rebanhos...

Mais complexo é o problema de negociar com camponeses arrendatários ou pequenos proprietários de terra, insuficiente para lhes garantir sustento. Parece que tais categorias recaem no escopo dos esquemas de transferência. Contudo, embora existam números absolutos referentes ao tamanho das propriedades, nenhuma estatística exata apresenta-se disponível quanto   dimensão real de terras arrendadas. Para evitar falsos pressupos-

tos, seria interessante utilizar como fonte confiável somente as propriedades de terras registradas, a fim de obter um ponto de partida para nossos cálculos e reivindicações de compensação e reassentamento. É evidente que, mesmo caso forneçamos novas terras e fazendas tanto aos proprietários camponeses quanto aos arrendatários, nenhuma exigência pode ser apresentada pelos arrendatários a fim de obter propriedade de terra; um novo contrato de arrendamento – independentemente da compensação – bastaria para cumprir seus encargos. Todavia, a fim de abordar os problemas da forma mais abrangente possível, os camponeses e proprietários vigentes devem ser considerados apenas uma classe. Caso tomemos agora as categorias (2) e (4) [camponeses regulares e horticultores, jardineiros etc.], chegamos então à estatística de 26 a 27 mil famílias incluídas no esquema.³⁷

Com uma breve estimativa, considerando o “custo [financeiro] aproximado de transferir [e reassentar] 26 mil famílias árabes *fellahin* para fora do Estado judeu”, Bonn  alcançou a cifra de P£ 5.980.000. Considerou uma aproximação de caráter elástico: um aumento de 20% no número de famílias transferidas, por exemplo, levantaria um custo total de P£ 7.176.000. Nessas conjecturas, nenhuma provisão se destinava a trabalhadores agrícolas, artesãos, pastores de rebanho, professores etc., posto que, “como já disse, é previsto que alguns dos trabalhadores agrícolas sejam empregados por seus antigos patrões proprietários de terra”.

Bonn  sugeriu à Grã-Bretanha estar preparada para contribuir, a fim de “prover fundos necessários para a compra de terras na Transjordânia e em outros países vizinhos e para o custo de fato do reassentamento”, caso o Estado árabe proposto pelo relatório da Comissão Peel não colabore. Bonn  prosseguiu:

A questão de encontrar uma forma apropriada de materializar com eficiência a transferência desses árabes, que terão em crédito tanto dinheiro quanto for justo por suas terras... é uma questão complexa. O ponto crucial é descobrir um *modus operandi* que satisfaça tanto as perspectivas judaicas quanto árabes. O objetivo da transferência é garantir a liberação da proprie-

dade de terra por seus antigos lavradores; a exoneração da terra em si não cumpre o propósito fundamental. O único cenário no qual os judeus estão preparados para compensar o proprietário por suas terras e o arrendatário pela renúncia de seus direitos... é aquele em que os últimos desocupem a área almejada pelo Estado judeu. Em tais transações, é preciso, portanto, evidenciar que o pagamento pela terra e suas compensações pela concessão de seus direitos de arrendamento dependem da sua mudança simultânea para o Estado árabe; caso não o façam, em declaração escrita entre as partes envolvidas, deverão estar preparados para mudar no tempo outorgado.

... Transações em dinheiro devem ser restritas ao mínimo entre o comprador e o agricultor autônomo, a fim de conceder ao primeiro alguns meios de pressionar a saída submetida ao agricultor árabe. Portanto, será necessário combinar os procedimentos de venda com as transações de reassentamento, de tal forma que os privilégios de reassentamento sejam concedidos somente sob certas condições; por exemplo, o número correspondente de pessoas pertencentes ao mesmo grupo deixando seus territórios. A proposta feita pelo Dr. Ruppin, de executar a transferência por aldeia, não individualmente, torna-se nesse ponto de vista absolutamente relevante.³⁸

Quanto ao problema de compra de terras árabes pelo Estado judeu projetado, Bonn  propôs que a quantia requerida deveria depender da "fixação dos preços imobiliários". "Caso seja possível comprar terras abaixo do preço de mercado... por exemplo, £ 6-8 por dunum irrigado e £ 3 pela propriedade árabe regular, devemos atingir uma soma de £ 5-6 milhões por terra cultivável e £ 3-4 milhões por terra cultivável, porém não irrigada." Voltou a mencionar o caso da Grécia, onde a compensação de terra havia cumprido a proporção de apenas um décimo do valor de mercado³⁹.

Ao concluir seu memorando, Bonn  declarou que suas estatísticas não deveriam ser consideradas exatas, mas pretendiam apenas oferecer uma "indicação de ordem quanto à magnitude das transações envolvidas". Quanto à criação de um aparato para realizar a transferência, declarou a intenção de abordá-la num segundo memorando⁴⁰.

Os debates sobre a transferência no Executivo da Agência Judaica, junho de 1938

A comissão técnica de inquérito Woodhead chegou à Palestina em abril de 1938, com o intuito de investigar a viabilidade das recomendações da Comissão Peel e, mais particularmente, estudar quais as fronteiras mais eficazes para os estados árabe e judeu propostos pela comissão, tendo em vista garantir o número mínimo de árabes no Estado judeu e vice-versa. Apesar das dúvidas que já envolviam as descobertas da Comissão Peel, sobretudo concernentes à transferência, os líderes sionistas prosseguiram com debates privados sobre a forma de remoção da população árabe.

Pouco antes, em novembro de 1937, Moshe Shertok havia sugerido ao Executivo da Agência Judaica o estabelecimento do Comitê de Transferência Populacional como corpo consultivo; explicou também que os grupos de debate e recomendações seriam conduzidos pelo Departamento Político do Executivo, a fim de auxiliar em suas próprias deliberações sobre o assunto⁴¹. Esse, de fato, era o caso – então, quando o poderoso Executivo da Agência Judaica realizou seus encontros, durante a segunda semana de junho de 1938 (mesma semana da entrevista de Ben-Gurion e Shertok a membros da Comissão Woodhead), a transferência era uma pauta capital na agenda.

Os encontros do Executivo da Agência Judaica, realizados em consonância com o cenário de deterioração dos eventos na Europa Oriental, debutaram em 7 de junho. David Werner Senator desejava discutir o futuro *status* de uma potencial “minoría árabe significativa”, que pudesse permanecer no Estado judeu apesar dos esforços de incentivar a transferência, “à luz da experiência que temos na Europa referente a minorias substanciais”⁴². Todavia, Ben-Gurion, que nunca considerou a possibilidade de a minoría árabe ser parte integral do Estado judeu, ao demandar planos de assimilação a longo prazo, postergou o assunto: “Não podemos conversar sobre o *status* da minoría sem conhecer o contexto político e territorial do Estado.” Além do mais, “no Estado judeu, a minoría árabe partirá e diminuirá”. Ben-Gurion então apresentou uma “linha de ações”, sob o título de “Missão sionista do Estado judeu”:

O Estado hebreu negociará com os estados árabes vizinhos a questão da transferência voluntária dos arrendatários, trabalhadores e *fellahin* árabes do Estado judeu para os países vizinhos. Para tanto, o Estado judeu, ou uma companhia extraordinária... adquirirá terras nos estados vizinhos, a fim de reassentar todos esses trabalhadores e *fellahin*... Os esforços do Estado em transferir os árabes a países árabes vizinhos voluntariamente, enquanto encoraja a imigração judaica e empenha-se em assentar os imigrantes judeus [em seu lugar]..., não são equivalentes a discriminação.⁴³

O termo “voluntário” significava uma livre escolha para os transferidos individualmente. Não obstante, denotava um acordo com os estados árabes vizinhos. Ben-Gurion explicou que “o ponto de partida para a solução do problema árabe no Estado judeu era a negociação de um acordo” com os países vizinhos, para garantir a remoção dos árabes do Estado judeu. Elucidou ainda mais seu apoio à instauração do Estado judeu em parte da Palestina somente como estágio intermediário. Ele não estava

satisfeito com parte do país; tenho por base o pressuposto de que, após construirmos um aparato forte em seguida à formação do Estado, aboliremos a partilha do país e nos expandiremos para toda a Terra de Israel.

Quando Moshe Shapira, membro do Executivo e diretor do Departamento de Imigração da Agência Judaica, questionou Ben-Gurion sobre a execução à “força” do deslocamento e da dispersão das populações locais, este respondeu que os árabes teriam de se conformar com o sionismo à medida que o enfrentassem como fato consumado:

Isso é apenas um estágio na realização do sionismo e deve preparar terreno para nossa expansão por todo o país através de um acordo árabe-judaico... o Estado, no entanto, deve impor ordem e segurança e não o fará por meio da pregação moral ou de “sermões da montanha”, mas sim por metralhadoras, as quais precisamos.⁴⁴

Nas deliberações de 9 de junho, Ben-Gurion leu em voz alta uma mensagem do Dr. Efrayim Rottenstreich, chefe do Departamento de Comércio e Indústria da Agência Judaica, que não pôde participar da reunião devido a uma doença. Rottenstreich escreveu que a liderança do *Yishuv* deveria procurar meios de resolver o problema nacional e demográfico árabe, considerando os eventos na Tchecoslováquia, com sua substancial população de língua alemã. “Na minha opinião, devemos insistir na proposta da Comissão Peel, a qual vê a transferência como única solução para esse problema. E devo dizer que vale a pena o empenho do povo judeu, que terá de realizar grandes sacrifícios materiais para garantir o sucesso da transferência.”⁴⁵

Embora houvesse um consenso generalizado no interior do Executivo da Agência Judaica quanto à necessidade de pressionar pela solução de transferência, as discussões de 9 de junho (até 12 de junho) concentravam-se também nas medidas práticas para promover a evacuação árabe. Yitzhak Ben-Zvi, presidente do Conselho Nacional do *Yishuv*, e Va'ad Leumi, que havia defendido a transferência nos encontros do Executivo em outubro de 1936, cogitou que o êxodo árabe poderia ser engendrado por medidas legais, cujo propósito voltava-se a controlar e supervisionar a aquisição de cidadania no Estado judeu, durante um período de transição pré-determinado⁴⁶. Ben-Gurion propôs que o monopólio do governo fosse mantido através da compra e venda de terras. Shertok, entretanto, reiterou a importância do período transicional em direção ao Estado judeu:

O problema crítico do parlamentarismo no Estado judeu e durante o período de transição para tanto... é a necessidade de que uma instituição do governo provisório esteja estabelecida e que uma de suas funções seja preparar terreno para o regime parlamentar. Nessa transição, saberemos também quem são os árabes que concordariam em permanecer como cidadãos do Estado judeu, e seu número decerto será muito menor do que pensamos hoje. Pela redução da população árabe, por um lado, e imigração judaica no período transicional, por outro, garantiríamos uma maioria hebraica absoluta ativa no regime parlamentar.⁴⁷

Os debates sobre a transferência duraram todo o dia 12 de junho, quando ocuparam duas sessões conjuntas do Executivo da Agência Judaica e do Comitê de Ações Sionistas, o corpo deliberativo supremo da Organização Sionista Mundial entre seus congressos. Nas discussões, Shertok relatou aos delegados o encontro que ele e Ben-Gurion tiveram com a Comissão Woodhead, poucos dias antes. Recordou o fato de que os comissários consideravam injusto que o Estado judeu se apropriasse do que era dos árabes, como os férteis laranjais e as ricas empresas comerciais, sem dar nada em troca para o Estado árabe mais pobre. “Nós [Shertok e Ben-Gurion] respondemos: caso o Estado árabe nos auxilie na transferência de sua população do Estado judeu para seus territórios [na Transjordânia] e ajude a nos assentar ali, somente então pagaremos algo além do preço da terra.” Ao replicar um comentário feito por um delegado de que os transjordânios caminham por até 30 quilômetros antes de alcançar um poço, “dissemos que de qualquer forma há ali uma população pobre e, caso o reassentamento da Palestina seja instaurado, somente esse fato já trará sangue novo para o país”. Shertok afirmou também ter alcançado um acordo com os comissários, considerando a possibilidade de que Agência Judaica lhes enviasse um relatório para demonstrar como tal realocação poderia ser executada em termos práticos⁴⁸.

Durante a sessão da tarde, o imperativo de instaurar uma evacuação integral foi também um tema proeminente. A maioria, de uma forma ou de outra, declarava-se claramente favorável à pressão pela remoção coletiva forçada e expressava diferenças de opinião referentes às questões de transferência “voluntária” ou “compulsória”, assim como à questão da presença ou ausência de assistência militar britânica ao executar a evacuação. Mesmo Werner Senator, não sionista e membro proeminente do então extinto Brit Shalom, uma das duas vozes dissidentes no voto de outubro de 1936 do Executivo da Agência Judaica sobre a transferência árabe para a Transjordânia, declarou:

Devemos aspirar a transferência máxima. Se podemos amenizar o problema geral por meio da transferência, então isso deve ser muito desejável; devemos convencer então a comissão [técnica], tanto quanto possível, de que é algo bastante importante.⁴⁹

Shmuel Zuchovitzky (mais tarde Zakif), figura de liderança no setor agrário e membro do Executivo do Partido Sionista Geral, declarou: “Penso que independentemente de discuti-la ou emitir um memorando sobre a questão de transferência, você deve deixar absolutamente claro que essa transferência é uma das condições nas quais estabelecemos nosso estado e que o governo do mandato deve executá-la.” Zuchovitzky rejeitou a noção de que o processo de transferência deveria durar de dez a 20 anos; deve ser feito rapidamente, com “pulso firme”. Prosseguiu:

Estou convencido de que seria impossível executar a transferência sem coerção. Não a vejo como medida imoral. Quero ajudar os judeus a imigrarem ao Estado judeu e ajudar os árabes a atravessarem a fronteira para o Estado árabe. Sei bem que essas coisas não são tão fáceis e envolvem uma série de obstáculos... Além disso, expropriação [de terras] deve ser executada, e temos que nos propor agora a estar preparados para executar a expropriação [de terras]. Em Lita e na Letônia também houve expropriação. A Letônia concluiu o assunto em dois anos e agora está tudo certo. Porém, implementaremos o confisco com dinheiro, e não uma quantia pequena. Não obstante, deve ser executado tão rápido quanto possível.⁵⁰

Yehoshua' Suparsky, líder dos Sionistas Gerais na Palestina e membro do Comitê de Ações Sionistas, declarou que “no futuro próximo, através da intensiva imigração judaica à Terra de Israel, simultânea ao fomento gradual do êxodo de uma parcela da população árabe, seremos maioria esmagadora na Terra de Israel, de modo que a questão da minoria tornar-se-á similar à situação dos polacos na Tchecoslováquia e não à situação dos alemães do Sudeto na mesma região”⁵¹. Ao reverberar as propostas de Ben-Gurion e Ben-Zvi nos debates anteriores, Suparsky também preconizou que, ao monitorar a cidadania no Estado no período de transição, impor uma legislação agrária com propósito de confiscar grandes propriedades de terra árabe e impedi-los de comprar terras no país, “uma grande parte dos árabes sairá da Terra de Israel”. Prosseguiu em elaborar a questão da remoção forçada:

Já discutimos o problema durante o debate sobre o memorando [de transferência]. Houve quem defendesse que insistíssemos na direção das observações da Comissão Real quanto à transferência compulsória, em rejeição às últimas decisões de Ormsby-Gore, quando este despachou a comissão [técnica] para a Terra de Israel. Evidentemente é difícil declarar essa mesma perspectiva ao contemplarmos nossa realidade atual... Devemos ser cautelosos e considerar a situação. É difícil reiterar agora, em nosso relatório [à Comissão Woodhead], nossa veemente insistência à transferência compulsória. Isso não reverberará agora, e é difícil manter as esperanças de factualmente obtermos veredicto favorável à transferência compulsória. Devemos, no entanto, insistir neste princípio da transferência compulsória, todavia sem insistir na rápida implementação desse princípio. Devemos dizer em nossos relatórios que as conclusões da Comissão Peel são justificadas e que as ações posteriores do governo [britânico] foram equivocadas... Reivindicamos do governo do mandato uma autorização para todo o tipo de leis... as quais nos permitirão executar a transferência voluntária e gradual. Então, nos apoiarão nesse assunto.⁵²

Ao contrário de Suparsky, Ussishkin opôs-se categoricamente à partilha. Contudo, assim como Suparsky, acreditava que a evacuação árabe, defendida por ele durante anos e anos, somente poderia ser implementada por um pulso firme:

Não podemos conceber o Estado judeu com uma demografia composta por árabes que vivem em suas terras quase à proporção de metade da população; os judeus, em número ínfimo, amontoados em Tel-Aviv e imediações... e o pior nem é a constituição dos árabes locais em 50 ou 45%, mas que 75% das terras estejam nas mãos dos árabes. Tal estado não pode sobreviver sequer por meia hora... A dúvida é: serão maioria ou minoria no Parlamento. Sabemos que mesmo uma pequena minoria pode perturbar a ordem na vida parlamentar... Portanto, eu diria à comissão e ao governo que não aceitaremos o território reduzido para o Estado de Israel, sem que nos concedam a terra, por um lado, e removam o maior número

de árabes – particularmente camponeses –, por outro lado, antes de nos apresentarmos para tomar as rédeas do governo dos nossos territórios, mesmo que provisoriamente.

Como muitos outros líderes sionistas, Ussishkin acreditava que o *Yishuv* não seria capaz de executar a transferência compulsória, pois a opinião pública seria contrária:

Porém, caso me pergunte se é moral remover 600 mil famílias de seus locais de residência e transferi-las para outro local... assegurarei que é moral... Estou pronto e disposto a defender sua moralidade diante do Todo-Poderoso e da Liga das Nações.

Somente o governo britânico pode executar a transferência compulsória; para este objetivo, duas coisas são necessárias: mão de ferro por parte da Inglaterra e dinheiro judeu. Quanto ao dinheiro, tenho certeza de que, contanto a Inglaterra mantenha o pulso firme, encontraremos investimento judaico. Abordaremos o povo judeu em grande escala, com a promessa de remover dali 60 mil famílias árabes para liberar a terra para famílias judias; para tanto, precisamos de milhões, na forma de empréstimos e contribuições... Falo da transferência para a Transjordânia, não para o Estado árabe no lado ocidental do [Rio] Jordão.⁵³

Arthur Ruppín, mais moderado, em contraponto, estava disposto a aceitar a proposição para o Estado árabe, ao invés da Transjordânia, como destino da população transferida: “É muito interessante a possibilidade de transferirmos 100 mil árabes ao Estado árabe.”⁵⁴ Ao tratar de números maiores, cogitava uma tarefa de difícil execução. Ruppín sugeriu um esquema de transferência “voluntária” que continha certos elementos dos planos Weitz e Bonné.

De acordo com o plano de Ruppín:

- a. A transferência deve ser fundamentada em um acordo com os estados britânico e árabe.

- b. O governo britânico deve conceder um empréstimo a uma “Companhia de Desenvolvimento” para o reassentamento dos árabes exilados na Transjordânia.
- c. Distinção deve ser feita entre os proprietários de terra e arrendatários. Proprietários seriam induzidos a vender suas terras conforme o preço do livre-mercado na Palestina, quatro a cinco vezes maior que o preço da terra na Transjordânia. Quanto aos arrendatários, os custos de seu reassentamento seriam pagos por empréstimos concedidos pelo governo britânico e pela “Companhia de Desenvolvimento”.⁵⁵

Ruppín prosseguiu:

Não acredito na transferência individual. Creio somente na transferência de aldeias inteiras. E penso que a Companhia de Desenvolvimento deva começar por construir ali [na Transjordânia] diversos modelos de assentamentos, com o intuito de demonstrar aos árabes o que podem alcançar... Creio que sejamos possivelmente capazes, mesmo que não instantaneamente, de transferir 100 mil árabes ou 25 mil famílias camponesas nesse período de dez a 15 anos.⁵⁶

Opondo-se ao esquema mínimo de Ruppín, Shertok expôs aos delegados a ideia de “cálculo máximo”, esquematizada no memorando da Agência Judaica a ser submetido à Comissão Woodhead: “Calculamos em nosso relatório que objetivamente há lugar na Transjordânia para 60 mil famílias árabes” – virtualmente, toda a população árabe do Estado judeu proposto pela Comissão Peel. “Mesmo nas terras já cultivadas, é possível dispor 20 a 25 mil famílias. Alguns milhares de famílias podem ir para o lado oriental do Vale do Jordão. E nas terras ainda não cultivadas há espaço para mais 25 a 30 mil famílias. Juntos atingem a estatística de 60 mil famílias.” Esse plano “realista”, cuja execução previa 15 a 20 anos, constituiria “uma revolução em toda a vida e estrutura econômica” da Palestina⁵⁷.

O líder do Mapai, David Remez, declarou que o *Yishuv* não deveria dissimular observações morais, guardar expectativas de transformação radical da terra ou mesmo esperar que a remoção dos árabes fosse

implementada por britânicos. Jamais o fariam, afirmou; deveria e poderia ser posta em ação somente pelo *Yishuv*. “Devemos dizer tais coisas, a despeito do risco envolvido, e devemos ser fortes para confiscar terras no Estado judeu para o desenvolvimento e a implantação dos planos de colonização – os quais são base para toda a estrutura.”⁵⁸ Os poderes para confiscar a terra eram necessários porque os árabes, influenciados politicamente, não venderiam sua terra. Ao lado da remoção compulsória, reiterou a necessidade de “políticas que atraíssem [pessoas] das aldeias às cidades – para transferir os árabes de um ponto a outro com o objetivo de liberar terras para os judeus”⁵⁹.

Berl Katznelson, o mais influente dos líderes do Mapai, detalhou seu conceito de transferência forçada em massa, nos seguintes termos:

O que é a transferência compulsória?...

A transferência compulsória não significa transferência individual. Significa que, uma vez que resolvemos transferi-los, deve haver um corpo político capaz de persuadir este ou aquele árabe que pretendia não emigrar. Contudo, caso decidamos transferir caso por caso, em cada aldeia árabe, para cada indivíduo árabe, jamais encerraremos o assunto. A respeito da transferência de indivíduos árabes, sempre fizemos assim. Mas a demanda será a transferência de uma quantidade muito maior de árabes conforme um acordo com o Estado árabe; isso se chama transferência compulsória. Mas, acima de tudo, há a necessidade de um acordo em que o Reino Unido e o Estado árabe serão parceiros... Temos aqui uma guerra de princípios; da mesma forma que devemos batalhar pelo território absoluto, deve também haver outra guerra pelo “princípio” de transferência. Não nos interessa solução fácil para a comissão [técnica]. Não devemos recuar de forma alguma... Devemos insistir no princípio de uma ampla transferência acordada.⁶⁰

O uso de metáforas de guerra por Katznelson ao falar da necessidade de promover a transferência é revelador. Sua ideia de transferência como solução para os problemas estratégicos das fronteiras do Estado judeu é destacada no seguinte discurso:

Para mim, não é questão de quantos árabes irão de uma certa aldeia para Tulkarm. Esse é um problema simplório: resolvido com facilidade. Mas sim a questão de quem viverá nas regiões de fronteira, a qual considero um dos maiores impasses estratégicos e de segurança do Estado judeu. Caso as aldeias árabes permaneçam nas regiões de fronteira, logo nenhuma vigilância ou exército serão efetivos... E caso a transferência seja executada, a primeira das demandas é, sobretudo, limpar as regiões de fronteira para que se estabeleçam os assentamentos hebraicos. Há detalhes delicados que não são fáceis de discutir... Se há uma lógica por trás da transferência, então se trata de um problema ainda mais grave nas regiões de fronteira do que em qualquer outro lugar do país. Preciso explicar os perigos se isso não for resolvido?⁶¹

Não eram apenas os distritos fronteiriços que preocupavam Katznelson, mas toda a situação da ampla minoria árabe que permanecesse in situ, independentemente de onde estivesse no Estado judeu. “Há a questão de como o exército, a polícia e o serviço civil funcionarão e como o Estado poderá ser governado caso parte de sua população seja desleal.” Katznelson prosseguiu afirmando disposição para conceder direitos iguais à população árabe, sob a condição de que “somente uma pequena minoria árabe permanecesse no país”. Como solução do problema, Katznelson propôs dois “planos de desenvolvimento” inter-relacionados. O primeiro envolvia o confisco compulsório de terra pertencente aos agricultores árabes, acompanhado de seu despejo e transferência de um lugar a outro, ainda dentro dos limites projetados para o Estado judeu; esse estágio incluiria a evacuação forçada das regiões de fronteira. O segundo possuía como meta a transferência árabe do Estado judeu para os países árabes vizinhos⁶².

Ben-Zvi concordou com Katznelson quanto ao entrelaçamento das questões de confisco das terras árabes e de remoção de camponeses árabes. “Concordo que a fundação do projeto é a evacuação da terra a fim de criar a possibilidade de assentamento. O segundo impasse, diminuir a população árabe, é função do primeiro.” Caso após 50 anos de colonização sionista o *Yishuv* tivesse adquirido apenas 5% da terra, pressupôs: “Quanto tempo nos tomará então até obtermos 80% da terra?” Ben-Zvi poderia imaginar uma situação hipotética na qual 100 mil árabes seriam

transferidos sem liberar um centímetro quadrado de terra; a transferência em si, portanto, não seria solução para o problema fundamental da terra. “Mesmo que o Estado judeu ocupe toda a Terra de Israel, a dificuldade será ainda maior” – caso uma política de expropriação de terras não fosse implementada junto à transferência.

Prosseguiu:

Deve estar absolutamente claro que haverá dois objetivos principais durante o período de criação do Estado hebreu: 1) Promover a imigração e o assentamento judeu; e 2) Promover a transferência e o reassentamento árabe... Isso deve estar incluído nos aspectos fundamentais do estabelecimento do Estado... Deve haver uma posição clara de nossa responsabilidade quanto à transferência dos agricultores árabes e *fellahin*, associada à necessidade de comprar terra, digamos, na Transjordânia [e de acordo com os estados árabe e britânico].⁶³

Além da “legislação agrária confiscatória”, Ben-Zvi sugeriu instituir impostos como forma adicional de coagir os camponeses árabes. “Seria melhor transferir um grande número em dois ou três anos”, embora não fosse fácil no caso de proprietários de terras e camponeses árabes. No entanto, muitos árabes seriam evacuados em dois ou três anos por meio de controle e gerenciamento da sua aquisição de cidadania. “De modo geral, esses serão os árabes sem propriedades e é fácil para eles saírem do país ou para nós removê-los. Isso não é problema... Devemos estabelecer um comitê de estudo para a legislação referente à cidadania e preparar materiais de apoio a ela.”⁶⁴

Outro defensor da remoção compulsória foi Eliahu Berligne, líder do Knesset Yisrael, partido sionista religioso, e membro do Comitê de Ações Sionistas e do Va'ad Leumi, do qual foi tesoureiro por muitos anos. Berligne rejeitou a partilha e declarou que o *Yishuv* deveria insistir na transferência compulsória, apesar de ter sido rejeitada por Ormsby-Gore. “Não obstante, aqueles a favor dentre nós concordam nesse tópico com a Comissão Peel, que a transferência é necessária, seja por coerção ou não – quanto a isso, devemos sentar e discutir com o governo britânico, mas o item é necessário para estabelecer um Estado judeu sob

quaisquer fronteiras.” Berligne também sugeriu que “os impostos sejam aumentados, para que os árabes fujam devido a eles”⁶⁵.

Eliezer Kaplan declarou apoio absoluto à ideia de “uma transferência coordenada em amplo território”. Embora acreditasse que, em certas circunstâncias – isto é, em acordo com o Estado árabe e com auxílio de subsídios financeiros –, seria possível arquitetar alguma evacuação “voluntária”, afirmou apoiar os termos gerais da abordagem de Ben-Gurion, com ênfase na remoção forçada.

O próprio Ben-Gurion resumiu o ânimo geral nas discussões quanto à remoção árabe compulsória:

Com a transferência compulsória, teríamos áreas extensas... Eu apoio a transferência compulsória. Não vejo nada de imoral. Mas a transferência compulsória só pode ser executada pela Inglaterra... Caso sua implementação dependesse somente de nossa proposta, eu mesmo teria proposto: porém, seria perigoso preconizá-la enquanto o governo britânico estivesse dissociado da transferência compulsória... Todavia, essa questão não deve ser ignorada em nosso cronograma, pois é um problema central. Há dois pontos aqui: 1) soberania e 2) a remoção de um certo número de árabes; devemos insistir em ambos.⁶⁶

Ben-Gurion também explicou que, embora o “princípio” de remoção forçada tivesse adesão, seria mais prudente substituir no discurso público a fórmula de transferência “compulsória” por outras medidas antes debatidas, enquanto Weizmann estava presente. Dentre elas, “[o controle] de cidadania e a política de desenvolvimento agrário do Estado” [isto é, confisco de terras], com o objetivo duplo de “evacuar locais para assentamento a partir da remoção dos árabes do país” e criar cultivo agrário intensivo da terra – este, uma amálgama da perspectiva geral sobre a expropriação da terra como mecanismo crucial para catalisar o êxodo árabe e promover as políticas de desenvolvimento do *Yishuv*. “É evidente que o melhor caminho é a transferência dos árabes para [al-]Jazirah [na Síria e Iraque]. No entanto, os árabes remanescentes, que por acaso não fossem transferidos, seriam deixados na situação presente”, com razoável propriedade de terras⁶⁷.

De certa forma, os debates do Executivo da Agência Judaica daquele mês de junho marcaram o ponto de inflexão do processo cujo estopim fora a investigação e o relatório da Comissão Real (Peel) e, mais particularmente, a promoção da solução de transferência a uma possibilidade real e opção respeitável, recebida agora a autorização oficial pelas instituições britânicas. Esse processo envolveu discussões sem precedentes quanto à solução de transferência e sua aprovação, em princípio, por uma vasta maioria, nas mais importantes entidades de gerenciamento de políticas sionistas. Teve início com os encontros do Executivo da Agência Judaica em outubro e novembro de 1936, como preparação para a chegada da Comissão Peel na Palestina; prosseguiu com a Convenção Mundial do Ihud Po'alei Tzion e do 20º Congresso Mundial Sionista em Zurique, agosto de 1937; e culminou na formulação inicial dos planos e propostas concretos junto ao Comitê de Transferência do Departamento Político da Agência Judaica.

Contudo, apesar dos debates de junho evidenciarem uma maior consolidação do consenso referente às justificativas morais, políticas e utilitárias da transferência, sua relevância ficou limitada à evolução dos planos internos e ideias sobre o assunto das entidades sionistas. No que concerne à política britânica, o problema da transferência, ao menos por ora, estava virtualmente morto.

Em agosto de 1938, dois meses após as reuniões do Executivo da Agência Judaica, a Comissão Woodhead deixou a Palestina para retornar à Inglaterra. Suas descobertas foram publicadas em outubro. A comissão concluiu que o plano Peel era inoperável, especificamente devido à ampla população árabe nos territórios atribuídos ao Estado judeu: delinear fronteiras para o Estado judeu livre de tamanha população árabe seria impossível, conforme indicou o relatório da comissão, sem então diminuir o território judaico a dimensões que nenhum sionista aceitaria. Em particular, mais relevante ao assunto, foi a inferência da comissão de que, após investigação de campo da situação local, os prospectos para a transferência árabe "voluntária" seriam, caso ao menos existissem, extremamente frágeis⁶⁸.

A falência do plano da Comissão Peel não causou grandes surpresas. Como já mencionado, havia sinais de dúvida da Comissão Woodhead em relação à partilha, antes mesmo de esta planejar a par-

tilha da Palestina, dada a veemente oposição de todos os grupos árabes, a oposição ou (ao menos) ambiguidade dos sionistas e as reservas expressas por oficiais do governo britânico diante da transferência compulsória, o ponto mais polêmico do plano, embora condição aparentemente *sine qua non* para sua viabilidade. Em retrospecto, pareceria que as razões para o envio da comissão técnica teriam sido tanto por tática de protelação como dispositivo preemptivo para proteger a reputação britânica antes do completo abandono das recomendações da Comissão Peel⁶⁹.

Os sionistas estavam cientes dessas condições, mesmo que debatessem com entusiasmo os prós e contras da partilha e da transferência, na reunião do Executivo da Agência Judaica de junho de 1938. Porém, embora a transferência fosse tópico central dos debates no contexto de partilha desde as propostas da Comissão Peel, era também um assunto separado e distinto – como demonstra o fato de diversos delegados de várias entidades deliberativas aprovarem a transferência enquanto refutavam a partilha em si. Nesse contexto, destaca-se a sugestão de Ben-Gurion, na reunião de 12 de junho, ao comentário de Eliahu Berligne. A transferência é “necessária para estabelecer o Estado judeu em quaisquer fronteiras”, afirmou Ben-Gurion:

Há coisas [como a transferência] que poderiam ser aplicadas a toda a Terra de Israel. Mesmo que o Estado [judeu] contenha todo o território histórico de Israel, ainda assim haverá o problema da minoria árabe. E isso [a transferência] não é necessariamente intrínseco à partilha.⁷⁰

Assim, foi inaugurada uma nova fase nas discussões sobre a transferência – a transferência no contexto de toda a Palestina.